



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

MARCELO BARRETO DOS SANTOS

A BALANÇA MORAL EM EPICTETO

Salvador

2020

MARCELO BARRETO DOS SANTOS

A BALANÇA MORAL EM EPICTETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal da Bahia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Ortegosa Aggio
Co-orientador: Prof. Dr. Aldo Lopes Dinucci

Salvador

2020

Santos, Marcelo Barreto dos
S237 A balança moral em Epicteto / Marcelo Barreto dos Santos. – 2020.
68 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Ortigosa Aggio
Co-orientador: Prof. Dr. Aldo Lopes Dinucci
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Filosofia – Aspectos morais e éticos. 2. Ética. 3. Epicteto. I. Aggio, Juliana Ortigosa. II. Dinucci, Aldo Lopes. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 170



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA (PPGF), realizada em 02/10/2020 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM FILOSOFIA no. <numAta/>, área de concentração Filosofia Contemporânea, do(a) candidato(a) MARCELO BARRETO DOS SANTOS, de matrícula 217123321, intitulada A BALANÇA MORAL EM EPICTETO. Às 14:00 do citado dia, PPGF por videoconferência, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof^ª. Dra. JULIANA ORTEGOSA AGGIO que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dr. MARCUS REIS PINHEIRO e Prof. Dr. ROBERTO BOLZANI FILHO. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dr. MARCUS REIS PINHEIRO, UFF

Examinador(a) Externo(a) à Instituição

Dr. ROBERTO BOLZANI FILHO, USP

Examinador(a) Externo(a) à Instituição

Dra. JULIANA ORTEGOSA AGGIO, UFBA

Presidente

MARCELO BARRETO DOS SANTOS

Mestrando(a)

A memória de
minha amada avó Lindaura por ter manifestado com amor e coragem
toda força da minha raiz.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão por todas as colaborações que de diversas formas contribuíram para essa pesquisa. Agradeço a Deus e a Natureza por existir em um mundo em que amo e sou amado; a minha mãe, Maria, pelo amor constante e incondicional; a minha esposa, Deise, por sempre acreditar em mim, enaltecer o que tenho de melhor e aceitar compartilhar a vida comigo; a toda a minha acolhedora e amada família pela compreensão e apoio permanentes.

Agradeço imensamente a minha orientadora, Juliana Aggio, pela dedicação incansável com que me orienta desde o início da graduação até hoje. Ao meu orientador Aldo Dinucci, por sempre partilhar seu conhecimento com uma generosidade exemplar. Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa Ética e Psicologia Moral na Filosofia Antiga, pela parceria e amizade por todos esses anos. A toda comunidade acadêmica que compõe o Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, professores, servidores e colegas, por todo o suporte e pelo acolhimento. Ao programa de fomento à pesquisa da CAPES pelo auxílio imprescindível.

Agradeço também aos membros da minha banca de qualificação, professora Gislene Vale dos Santos e professor Joelson Santos Nascimento, por todas as observações e sugestões essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Por fim, agradeço aos professores, Roberto Bolzani e Marcus Reis Pinheiro, por aceitarem gentilmente o convite para compor a banca avaliadora e colaborar diretamente com a minha formação.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo formular uma resposta possível para a seguinte questão: qual é o critério que, na visão de Epicteto, deve ser empregado para realizar avaliações morais corretas? As reflexões acerca da moral ocupam um lugar fundamental nas lições do filósofo de Nicópolis, no entanto, embora boa parte das suas prescrições implique a aplicação de um critério na formação das opiniões morais, não é possível encontrar nessas lições uma apresentação sistemática acerca desse critério. Por essa razão, os exercícios práticos que parecem formar o eixo da filosofia de Epicteto, bem como os exemplos e imagens que permeiam o seu pensamento, foram a principal fonte na qual buscou-se identificar as características específicas do critério moral. Alguns dos exercícios investigados com mais profundidade foram o recuo diante dos estímulos externos para reconhecer internamente as noções inatas que se referem aos conceitos morais e são designadas como pré-noções, e a prática de distinguir entre o que está e o que não está sob nosso encargo. No que se refere às imagens e analogias, o exame mais relevante para a pesquisa foi sobre as implicações da metáfora da balança e da analogia entre as avaliações morais e os diagnósticos médicos. Assim, as reflexões elaboradas no decorrer da pesquisa tornaram possível reconhecer as seguintes características gerais como sendo próprias ao critério moral: i) o critério moral corresponde a uma assertiva resultante da articulação de pré-noções; ii) o mesmo critério deve poder ser replicado em contextos semelhantes; iii) o modo como se emprega o critério moral se aperfeiçoa através do hábito.

Palavras-chave: Critério moral, pré-noção, Epicteto.

ABSTRACT

This research aimed to formulate a possible answer to the following question: what is the criterion that, in Epicteto's view, should be used to perform correct moral evaluations? Reflections on morals occupy a fundamental place in the lessons of the philosopher from Nicópolis, however, although a good part of his prescriptions implies the application of a criterion in the formation of moral opinions, it is not possible to find in these lessons a systematic presentation about this criterion. For this reason, the practical exercises that seem to form the axis of Epicteto's philosophy, as well as the examples and images that permeate his thinking, were the main source in which we sought to identify the specific characteristics of the moral criterion. Some of the exercises investigated in more depth were the retreat from external stimuli to internally recognize the innate notions that refer to moral concepts and are designated as pre-notions, and the practice of distinguishing between what is and what is not under our charge. Regarding images and analogies, the most relevant examination for the research was on the implications of the balance metaphor and the analogy between moral assessments and medical diagnoses. Thus, the reflections elaborated during the research made it possible to recognize the following general characteristics as being proper to the moral criterion: i) the moral criterion corresponds to an assertion resulting from the articulation of pre-notions; ii) the same criterion must be able to be replicated in similar contexts; iii) the way in which the moral criterion is used is improved through habit.

Palavras-chave: Moral criterion, pre-notion, Epictetus.

Abreviaturas

Diss.: *Diatribes* (Epicteto)

D.L.: *Vida dos filósofos eminentes* (Diógenes Laércio)

Ench.: *Encheiridion* (Epicteto)

IG: *Hellenistic Philosophy* (Brad Inwood and I. P. Gerson)

LS: *The Hellenistic philosophers* (Long & Sedley)

SE M: *Contra os matemáticos* (Sexto Empírico)

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1	15
As pré-noções: o que são e como acessá-las.....	15
1.1 A orientação da atenção para o interior	21
1.2 O conceito estoico de representação (<i>phantasia</i>).....	23
Capítulo 2.....	31
A representação compreensiva como critério moral	31
2.1 O critério moral em Epicteto.....	31
2.2 Um candidato para critério moral	34
2.3 A representação compreensiva (<i>phantasia kataleptiké</i>).....	35
2.4 A possibilidade da representação compreensiva moral	39
2.5 A representação compreensiva em Epicteto.....	41
Capítulo 3.....	47
A articulação das pré-noções como critério moral.....	47
3.1 Dois exemplos da formação do critério moral	50
3.2 O modelo de aplicação das pré-noções.....	54
Considerações finais	61
Referências Bibliográficas	67

Introdução

Epicteto postula a existência de um critério moral apropriado à natureza racional para ser aplicado a cada circunstância particular. Segundo esse postulado, por meio da aplicação correta do critério é possível conhecer o valor moral apropriado em qualquer situação objetiva. De acordo com o filósofo de Nicópolis, a descoberta do critério e a sua aplicação adequada devem ser a finalidade principal de toda instrução (*Diss.* I.2.6). No entanto, embora seja um tema sumamente importante para seu pensamento, não é possível encontrar nas *Diatribes*¹ nem no *Encheiridion*² uma descrição meticulosa do que é o critério moral e de como o mesmo é obtido pela mente. O propósito da presente pesquisa foi delinear uma definição para o critério moral bem como descrever o método proposto pelo filósofo para aplicá-lo.

A filosofia ensinada e vivida por Epicteto não se caracteriza por ser sistemática em sua apresentação, mas por demonstrar um propósito claro de promover a formação moral dos seus estudantes e de todos aqueles com quem entrasse em contato (LONG, 2001, p. 265). As lições do filósofo são constituídas sobretudo por preceitos, exemplos, imagens, e reflexões acerca das condutas humanas. Esse modo de fazer filosófico pressupõe o entendimento de que a filosofia consiste em uma maneira peculiar de viver e não apenas um sistema conceitual abstrato. O lugar eminente ocupado pela dimensão prática no pensamento de Epicteto pode ser constatado pelas duras críticas que o mesmo direciona aos ditos filósofos que privilegiam a atividade intelectual, exercícios argumentativos e lógicos, e acabam por negligenciar o esforço de viverem em conformidade com seus princípios (*Diss.* III.2.6-10).

¹ As *Diatribes* de Epicteto consistem na compilação de algumas de suas lições orais feita por um de seus discípulos, Lúcio Flávio Arriano Xenofonte. Originalmente correspondiam a oito volumes, dos quais nos restaram quatro. Adotei a tradução do primeiro volume, do grego para o português, por Aldo Dinucci em: *As Diatribes de Epicteto, Livro I*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019. Para os demais volumes optei por traduzir do espanhol a partir a versão espanhola de Paloma Ortiz García em: *Disertaciones por Arriano*. Editora Gredos, 1993.

² O *Encheiridion* é um compêndio das principais orientações morais de Epicteto, editado também por Arriano. Adotei para as citações a tradução do grego para o português de Aldo Dinucci e Alfredo Julien em: *Encheiridion de Epicteto*, Editora Annablume, 2014.

Nesse contexto, da filosofia como modo de vida, a presente investigação adotou, como referência principal, as orientações dadas por Epicteto de como empregar o critério moral na prática, bem como os exemplos e imagens utilizadas nessas prescrições. Uma das imagens mais recorrentes é a da balança (*Diss.* II.1.19-25). A analogia proposta pelo filósofo pode ser descrita da seguinte forma: nas circunstâncias em que é necessário determinar o peso de um objeto com exatidão, por exemplo em um acordo comercial, não é aceitável fiar-se somente nas opiniões pessoais baseadas nas aparências, pois a provável divergência de opiniões inviabilizaria qualquer acordo. Sendo assim, o procedimento mais adequado é empregar um instrumento de medição que seja aceito como válido por ambas as partes interessadas, e seja capaz de fornecer uma resposta precisa que coloque um termo nas divergências, no caso, uma balança. Segundo Epicteto, para superar os conflitos de opinião, quando o que está em questão é o valor moral de algo, deve-se proceder de modo semelhante e buscar instrumentos que possam ser utilizados como critério aceito por todos os interessados na resolução do conflito. No caso das avaliações morais, pode-se considerar que os interessados são todos os seres racionais, pois, segundo o filósofo, estes possuem uma inclinação natural para a felicidade (*eudaimonia*) a qual depende diretamente da correção dessas avaliações. Nesse sentido, o filósofo enfatiza que o critério para avaliação moral deve ser passível de aceitação por todos os seres racionais, e estes, por compartilharem do mesmo interesse, devem empenhar-se diligentemente para aplicar o critério moral.

Não obstante o exposto acima, é exatamente no âmbito da moralidade que comumente o rigor da avaliação é deixado de lado, e os julgamentos são feitos a partir somente das aparências (*Diss.* 1.28.28-30). Em outras palavras, nas questões em que é necessário ser mais criterioso é exatamente onde se constata o maior descaso. O desleixo nesse trato deveria suscitar a maior preocupação, tendo em vista que errar quanto ao peso, cor, odor ou sabor de um determinado objeto não representa uma grande perda, se comparada à perda resultante do equívoco sobre o que é moralmente correto, ou conforme a natureza (*Diss.* I.11.11)³, pois, nesse último caso, o que se perde é a possibilidade de conservar uma vida serena e uma tranquilidade

³ A correspondência entre o que é correto e o que é conforme a natureza, presente na *Diatribes* parafraseada, é uma tese característica da doutrina estoica segundo a qual para que uma ação seja correta a mesma deve ser guiada pela razão e orientar racionalmente uma conduta é o mesmo que sintonizá-la com a razão universal, designada pelos estoicos também como natureza.

estável. Precisamente por isso, no campo da moralidade os erros devem ser evitados a todo custo.

Segundo Epicteto, o ponto de partida da filosofia é a constatação da vulnerabilidade da alma⁴ em relação às questões morais impostas pela vida (*Diss.* I.26.15 e *Diss.* II.11.1), e o ponto de chegada é a conquista da estabilidade da alma, que permanece em conformidade com a natureza (*physis*) em todas as circunstâncias (*Diss.* I.15.4). Conformar-se à natureza é o mesmo que conformar-se à razão universal, ao destino, ou aos desígnios divinos, uma vez que essas expressões se referem, no estoicismo, ao mesmo princípio racional que sustenta o cosmos (CÍCERO, *On the nature of the gods* I.39 = LS 54, B). Desse modo, dentre outras formas, o propósito da filosofia pode ser resumido como a conservação da harmonia entre a alma racional e a racionalidade universal.

O filósofo defende que as almas racionais possuem uma inclinação natural para buscar a verdade, o bem e a correção, e refutar a falsidade, o mal e a incorreção (*Diss.* III.3.2). Estar em conformidade com a natureza implica ser bem sucedido nessa busca, que se opera em três campos: o da opinião, do desejo e da ação. O campo do assentimento (*synkatathesis*) é onde deve-se procurar sustentar a infalibilidade na formação das opiniões. O campo do desejo (*orexis*) é onde deve-se restringir os anseios somente ao que está em nosso poder alcançar, e que seja de fato um bem, e repudiar somente aquilo que somos capazes de evitar, e que seja verdadeiramente um mal. O campo do impulso (*horme*) é o lugar em que se deve preservar o cuidado para que as ações sejam corretas e orientadas pelo bem (*Diss.* III.2.1,2.).

O exercício próprio do filósofo consiste, portanto, na constante adequação dos seus assentimentos, desejos e impulsos à razão universal, ou à natureza. Nesse contexto, a vulnerabilidade da alma aludida anteriormente caracteriza-se pela presença constante dos equívocos que a impedem de assentir somente o que é verdadeiro, desejar só aquilo que de fato seja um bem, e restringir as ações apenas ao que for correto. Uma alma fortalecida ou em conformidade com a natureza, por sua vez, se caracteriza por permanecer estavelmente nos limites devidos em cada um dos três campos. Essa conformação pressupõe a existência de critérios para distinguir o

⁴ A expressão empregada na citação parafraseada é *hegemonikon* que pode ser traduzida como princípio diretor.

verdadeiro do falso, o bem do mal, e o correto do incorreto; bem como a habilidade em aplicá-los às circunstâncias particulares.

A primeira informação acerca do critério moral que se depreende das prescrições e dos exemplos utilizados nas *Diatribes* é a de que o mesmo se encontra relacionado intimamente com as pré-noções. Pré-noção (*prolepsis*) é um conceito fundamental para o estoicismo, que parece assumir um matiz ligeiramente distinto em Epicteto. Destarte, o trajeto percorrido na presente pesquisa iniciou-se com uma abordagem acerca das pré-noções. No primeiro capítulo analisamos as características específicas da definição de pré-noção, segundo o filósofo de Nicópolis: i) a sua origem inata; ii) o fato de ser compartilhada por todos os seres racionais; e iii) possuir um conteúdo exclusivamente moral e teológico. Após propor uma breve reflexão acerca desses atributos, abordou-se o método pelo qual as pré-noções são acessadas, a saber: o distanciamento das representações (*phantasiai*⁵) externas e a orientação da atenção para as representações internas que constituem a razão. Para tanto, foi necessário examinar a interioridade na concepção de Epicteto.

No segundo capítulo tratou-se diretamente acerca do vínculo entre o critério moral e as pré-noções. Inicialmente, abordou-se a perspectiva segundo a qual um critério moral corresponde a um critério de aplicação das pré-noções à circunstâncias particulares. Em seguida, investigou-se a hipótese de que um tipo particular de representação, a representação compreensiva (*phantasia kataleptiké*), poderia cumprir esse papel. Com o propósito de investigar a suposição levantada, analisou-se as características específicas desse tipo de representação, que ocupa o lugar de critério de verdade na epistemologia estoica, verificando a possibilidade de conciliá-las com o conteúdo moral próprio das pré-noções.

No capítulo seguinte foram examinadas algumas passagens de Epicteto que sugerem que o critério moral é uma composição de pré-noções selecionadas e

⁵ As traduções para o termo *phantasia* transitam, sobretudo, entre duas possibilidades: impressão e representação. Optou-se aqui pela representação, com base na observação de Aldo Dinucci (2017), segundo a qual esse termo se aproxima mais da acepção dada a *phantasia* por Crisipo, que se distinguia da interpretação do seu antecessor Cleantes, e que permaneceu como a perspectiva canônica do estoicismo. A analogia adotada por Cleantes para definir a *phantasia* enfatizava o seu aspecto estático, pois a descrevia como uma impressão na alma semelhante a marca na cera causada por um sinete. Crisipo, por sua vez, ao sugerir a imagem das marcas que os sons causam no ar, ressaltou o caráter dinâmico da *phantasia* que se manifesta na experiência comum da presença de um fluxo constante de variadas *phantasiai* na alma. Sendo assim, o termo “representação” pareceu-nos comportar melhor o aspecto dinâmico enfatizado por Crisipo.

articuladas com o propósito de confrontá-las com as situações concretas. O modo correto de formular um critério moral seria então o resultado da proficiência na seleção e articulação de pré-noções variadas, conquistada a partir da experiência e da teoria. Aqui a experiência corresponde ao hábito de refrear os estímulos externos e buscar interiormente as próprias pré-noções, bem como ao hábito de avaliar quais pré-noções seriam apropriadas para cada situação particular. A teoria corresponde a reflexão filosófica sobre as implicações do conteúdo das diversas pré-noções nas avaliações morais. Nesse contexto, investigou-se sobre o modo pelo qual a teoria oferece subsídio para o exercício da aplicação do critério moral e de que forma o hábito contribui para o aprimoramento da capacidade de emitir juízos morais criteriosos.

A fim de analisar a hipótese descrita acima, dois exemplos aludidos nas lições do filósofo foram investigados de modo a identificar nos mesmos os processos de formulação do critério moral. O primeiro exemplo encontra-se na *Diatribé* I.11 e consiste em um diálogo entre Epicteto e um homem que havia abandonado a própria filha enferma com o intuito de evitar a angústia de testemunhá-la sofrendo. Diante dessas circunstâncias, o filósofo parece construir com o seu interlocutor um critério moral para avaliar a conduta deste. O segundo exemplo está na *Diatribé* II.11 e corresponde a uma investigação levada a cabo por Epicteto em diálogo com um interlocutor não identificado com o propósito de avaliar a crença de que o prazer presente é um bem. Para tanto, o filósofo destaca a inconsistência entre a crença em questão e o conteúdo de algumas pré-noções, que parecem operar como critérios da avaliação. Finalmente, buscou-se o respaldo para a interpretação sugerida aqui naquele que parece ser o exemplo paradigmático de critério moral, a saber: a discriminação entre o que está e o que não está sob nosso encargo.

A conclusão do percurso narrado se propôs como o esboço de uma descrição razoavelmente fundamentada do que seria o critério moral e dos elementos que compõem a maneira correta de utilizá-lo, na visão de Epicteto.

Capítulo 1

As pré-noções: o que são e como acessá-las

Epicteto entende que algumas noções são compartilhadas por todos os seres racionais e não decorrem de nenhuma instrução ou atenção particulares, pois são inatas. Essas noções são comumente designadas pelo filósofo como pré-noções (*prolepsis*⁶), mas também como conceitos inatos (*emphytos ennoiai*) (*Diss.* 2.11.3).

Ao descrever a condição de fraqueza que pode acometer a alma racional nos termos de uma inabilidade para a realização de juízos morais, Epicteto ressalta que mesmo possuindo noções morais inatas é preciso esforçar-se para aplicá-las corretamente nas circunstâncias objetivas. Nesse contexto, o filósofo defende a existência das pré-noções da seguinte forma:

Pois nascemos sem qualquer conceito inato de um triângulo retângulo, ou de um intervalo musical semitom, mas através de um certo método sistemático de instrução nos é ensinado o significado de cada uma dessas coisas, e por essa razão aqueles que não as conhecem tão pouco creem conhecê-las. Mas, por outro lado, quem vem a existir sem possuir um conceito inato acerca do que é bom e mau, honroso e vil, apropriado e inapropriado; sobre a felicidade, e o que nos é próprio e o que nos foi dado, e o que devemos fazer e o que não devemos fazer? Por esta razão, todos nós usamos esses termos e nos esforçamos para ajustar nossas pré-noções às circunstâncias particulares. (*Diss.* II.11.2-4)

De acordo com o fragmento acima, o fato de que todos julgam-se naturalmente capazes de empregar certas noções nas avaliações morais, sem que antes tenham estudado sobre os modos adequados de utilizá-las, é uma forte evidência de que a formação de tais noções antecede a experiência. Dentre os conceitos inatos exemplificados no fragmento, estão os de bom, mau, honroso, vil, apropriado e inapropriado. Estes são contrastados com noções técnicas da geometria e da música, que demandam treinamento para serem desenvolvidas. Destarte, ninguém se considera naturalmente capacitado para julgar se um triângulo é retângulo ou um intervalo musical é um semitom, sem que antes tenha sido submetido a uma instrução

⁶ Segundo Aldo Dinucci (2016) *prolepsis* pode ser traduzido adequadamente como pré-noção ou pré-concepção. Acredito que ambas as opções dão conta de expressar o significado que Epicteto atribui ao termo enquanto noção que antecede as experiências.

sistemática. Ao que parece, Epicteto acreditava que o fato de que diferentes indivíduos, oriundos de contextos sociais e culturais diversos, compartilham da mesma autoconfiança para emitir juízos morais, atesta que as noções empregadas nestes juízos são inatas. Em outra passagem, o filósofo sugere que a causa geradora das divergências de opiniões entre sírios, egípcios e romanos é a negligência em buscar um critério para aplicar de modo correto as pré-noções que são compartilhadas igualmente por todos (*Diss. II.11.14,15*).

O comentador Anthony Long observa que o sentido do inatismo proposto por Epicteto não significa propriamente que os recém-nascidos já tragam consigo todas as pré-noções, mas antes significa que as propensões avaliativas morais seguem um padrão pré-determinado que engendra nos indivíduos o desenvolvimento espontâneo das pré-noções (LONG, 2007, p. 82). De acordo com essa interpretação, todos os seres racionais compartilham de uma mesma configuração interna projetada pela natureza, que origina as mesmas noções gerais acerca dos valores morais à revelia das especificidades inerentes às experiências pessoais particulares. Nessa perspectiva, o conceito de pré-noção designaria uma determinada potência inata para o desenvolvimento de noções morais gerais e comuns. No entanto a tese de Epicteto parece ser mais forte e sugerir que de fato nascemos dotados destas noções. Pelo menos é o que parece indicar a próxima passagem, em que o filósofo, ao citar alguns termos morais como a justiça e o bem, levanta as seguintes questões:

Quem entre nós evita essas palavras? Quem entre nós retarda o seu uso até ter aprendido, como fazem com o traçado das letras ou com as notas musicais aqueles que não as domina? A razão é a seguinte: viemos de certa forma já instruídos pela natureza acerca de algumas coisas nesse terreno e, a partir disso, acrescentamos também a opinião injustificada. (*Diss. II.11.5,6*)

No enxerto supracitado, depois de advogar mais uma vez pela existência das pré-noções, Epicteto adverte que a partir das mesmas pode-se chegar a opiniões injustas. A constituição de uma opinião moral é entendida aqui como a aplicação de uma pré-noção a uma situação particular. Sendo assim, a formação de uma opinião injusta pode ser descrita nos termos de uma aplicação equivocada (*Diss. II.11.8,9*). Segundo o filósofo, a razão da alta incidência de opiniões injustas é a disseminação do hábito de aplicar as pré-noções aos casos singulares tomando como base apenas as aparências e nenhum critério racional. As opiniões formadas desse modo não são

mais confiáveis do que as dos loucos, pois estes também seguem as aparências (*Diss.* II.11.12).

Na perspectiva apresentada, as divergências de opiniões são entendidas enquanto discordâncias na aplicação das pré-noções, uma vez que estas são inatas e compartilhadas igualmente por todos os seres racionais.

As pré-noções são comuns a todos os humanos. E uma pré-noção não entra em conflito com outra pré-noção. Pois quem entre nós não afirma que o bem é vantajoso e preferível (*haireton*)? E que devemos em todas as circunstâncias procurá-lo e buscá-lo? Quem entre nós não afirma que o justo é bom e adequado? (*Diss.* I.22.1)

Ao analisar esse fragmento, Anthony Long descreve duas grandes reivindicações feitas por Epicteto. A primeira é que todos os seres racionais possuem a mesma pré-noção sobre um determinado valor moral, ou seja, todos estão de acordo com o significado de um termo como “bom”. A segunda reivindicação ressalta que as pré-noções presentes em cada pessoa compõe um conjunto coerente de conceitos gerais, que, portanto, não se contradizem. Embora essas duas teses pareçam audaciosas, o conteúdo extremamente geral das pré-noções é o que torna viável a consistência mútua entre as mesmas (LONG, 2007, p. 81). Por exemplo, quanto ao que é o bem, a pré-noção afirma simplesmente que deve ser algo vantajoso e preferível em relação ao que é mal, e no que se refere à justiça, a pré-noção somente a define como algo bom e adequado.

Em razão das pré-noções serem inatas e compartilhadas por todos, a coerência entre esses conceitos gerais implica uma concordância universal no que se refere aos seus conteúdos. Sendo assim, os desacordos podem ocorrer somente quando, partindo de uma noção comum, como a que afirma que o bem é algo vantajoso, procura-se identificar se uma determinada ação é boa, por exemplo, levantar-se de um assento em um transporte público para permitir que uma pessoa idosa possa viajar sentada. Em uma situação como essa, dois indivíduos podem divergir na aplicação da pré-noção, pois, embora concordem que o bem é algo vantajoso, um indivíduo pode identificar a ação de ficar confortavelmente sentado como vantajosa e conseqüentemente boa, independente do desconforto do idoso. Outro indivíduo, pelo contrário, pode considerar vantajoso levantar-se, haja vista que existe a possibilidade dele mesmo vir a tornar-se um idoso. Adotando essa conduta, estaria contribuindo com seu exemplo para que a sociedade seja mais respeitosa com os idosos e venha

a tratá-lo com a mesma deferência quando estiver nessa fase da vida. Diante de divergências como a exemplificada aqui, é necessário recorrer a um critério moral que revele o que de fato é vantajoso.

Ao tratar especificamente dos momentos em que ocorrem as discordâncias, o filósofo afirma que:

Então quando ocorre o conflito? Quando se faz o ajuste (*epharmoge*) das pré-noções às realidades particulares. Se alguém disser “Agiu belamente, é um ser humano corajoso”, <e outro replicar que> “Estava, porém, fora de si!”, neste momento ocorre o conflito dos humanos uns com os outros. Este é o conflito entre os judeus, os sírios, os egípcios e os romanos – não quanto a se devemos reverenciar o que é sancionado pelos Deuses acima de todas as coisas e buscá-lo em todas as circunstâncias, mas se é sancionado ou não pelos Deuses comer carne de porco. (*Diss.* I.22.2-4)

Epicteto, no trecho supracitado, indica que qualquer atribuição de valor moral sempre corresponde a um ajuste de pré-noções para encaixá-las em circunstâncias objetivas. No primeiro exemplo, o filósofo não expõe claramente qual pré-noção está em jogo, mas ressalta que o estado mental do agente é um dado concreto que dificulta a atribuição de valor ao mesmo ou à ação realizada. No segundo exemplo, a pré-noção em questão, que se encontra em comum acordo entre os judeus, sírios, egípcios e romanos, afirma o dever de reverenciar o que for permitido pelos deuses, e de agir em conformidade com essa reverência em todas as circunstâncias. Neste último caso, o conflito se instaura no momento de ajustar a pré-noção à dieta. O problema apresentado pelo filósofo pode ser colocado nos seguintes termos: deve-se seguir aquilo que foi sancionado pelos deuses, mas quais alimentos pertencem a essa categoria?

Os casos abordados no fragmento ilustram a insuficiência de pré-noções isoladas enquanto dispositivo para realizar uma avaliação moral em situações particulares. Conforme destacado anteriormente, a causa dessa insuficiência é o caráter extremamente geral do seu conteúdo, como observa Anthony Long:

Ele (Epicteto) enfaticamente não está dizendo que pré-noções são critérios suficientes para guiar nossos julgamentos. Não sabemos que coisas particulares são boas simplesmente por ter a pré-noção da bondade como algo vantajoso. Tudo o que sabemos é uma propriedade essencial da bondade. (LONG, 2007, p.82)

Decerto a assertiva de que o bem consiste em algo vantajoso, embora possa revelar uma característica própria do bem, por si só não representa um critério eficaz

para discernir quais coisas são realmente boas. O propósito de um critério, tal qual um instrumento de medição, deve ser o de revelar uma resposta única, que tenha o potencial de ser admitida como válida por todos. Nas questões que dizem respeito aos valores morais, a necessidade de uma resposta unívoca é ainda maior, pois a tranquilidade (*ataraxia*) depende de uma conduta em sintonia com esses valores. Nesse sentido, Epicteto afirma ser “absolutamente necessário que, se forem corretas as <opiniões> dos egípcios, não o sejam as dos outros; e se as dos judeus são corretas, não o sejam as dos outros.” (*Diss.* I.11.13). Apesar das pré-noções não oferecerem respostas diretas às questões morais, talvez representem a matéria prima com a qual o critério moral pode ser confeccionado, pois consistem em uma base comum sobre a qual pode-se erigir com o exercício da razão referências confiáveis para avaliação capazes de atribuir valores morais de modo correto em circunstâncias objetivas.

O que foi exposto até aqui parece validar a tese de que na visão de Epicteto as características gerais que definem as pré-noções são as seguintes: uma pré-noção é uma noção geral, inata, compartilhada por todos os seres racionais, e que possui um conteúdo moral ou teológico.

Segundo Sandbach (1930), a definição apresentada representa uma perspectiva heterodoxa em relação à tradição estoica antiga⁷, e provavelmente foi suscitada no pensamento de Epicteto pelo sincretismo entre as escolas filosóficas, bem difundido em sua época. Segundo esse comentador, as fontes do estoicismo antigo sugerem somente que os estoicos entendiam a pré-noção (*prolepsis*) como significando uma concepção prévia, ou uma concepção pouco desenvolvida, formada por uma operação mental simples e involuntária, a partir de dados sensíveis, e que posteriormente daria lugar a uma definição acabada (SANDBACH, 1930, p. 46). Quanto ao aspecto pouco desenvolvido das pré-noções, não parece haver nenhuma distinção entre a perspectiva da antiga Stoa e a do filósofo de Nicópolis, mas a descontinuidade fica em evidência no que diz respeito à origem, abrangência e ao conteúdo das pré-noções.

⁷ A história do estoicismo, que compreende um período de seis séculos, de III a.C. à III d.C., é comumente dividida em três períodos: estoicismo antigo, estoicismo médio, e estoicismo imperial. Epicteto, Musônio, Sêneca e Marco Aurélio estão situados neste último.

Embora Sandbach concorde que as lições de Epicteto de um modo geral reforçam a definição de pré-noção apresentada aqui, o comentador destaca que em dois casos a expressão pré-noção (*prolepsis*) é empregada sem que estivesse se referindo a noções inatas, universais, ou de conteúdo moral. Em uma dessas passagens, Epicteto explana sobre pré-noções que dizem respeito às profissões e aos papéis sociais, como o desempenhado pelo filósofo, pelo carpinteiro e pelo músico; afirmando que a classificação de alguém como representante de algum desses papéis depende de que sua conduta esteja em consonância com a pré-noção da profissão em questão (*Diss.* IV.8.6-10). A outra passagem retrata um diálogo de Epicteto com um jovem interlocutor que apresentava uma inclinação ao cinismo. O diálogo se inicia com um questionamento do filósofo sobre a pré-noção que o jovem possuía acerca do cinismo (*Diss.* III.22.1). Os dois exemplos descritos são semelhantes quanto ao conteúdo, pois ambos tratam de profissões e papéis sociais. Certamente as pré-noções aludidas não são morais, ou religiosas, e nem podem ser consideradas inatas ou até mesmo compartilhadas por todos os seres racionais. Nesses dois casos, Epicteto parece ter utilizado o termo atipicamente, provavelmente adotando a acepção tradicional, que compreende a pré-noção sobretudo como uma noção prévia e inacabada.

Embora haja essas duas ocorrências, a vasta maioria das vezes em que o filósofo de Nicópolis aborda as pré-noções é dentro do horizonte da conduta moral, em um contexto no qual estão pressupostas tanto a origem espontânea quanto a abrangência universal das mesmas. Sobretudo nas passagens em que Epicteto trata da aplicação prática, ou seja, da adaptação das pré-noções às situações concretas (*Diss.* I.2.6, 22.2-9; II.11.3-12, 17.6-16; 4.1.41-45), os atributos citados são essenciais para a coerência de suas reflexões. Nesse contexto em que a dimensão prática da filosofia ocupa um lugar central, parece mais razoável adotar como principal referência, para determinar as características das pré-noções, a maneira como sua aplicação é descrita.

Foram precisamente as aparentes inconsistências presentes nos textos de filosofia antiga que levaram o intérprete Pierre Hadot a concluir que o propósito fundamental daqueles não era compor um sistema conceitual bem acabado, mas sim mobilizar uma transformação ética.

E foi isso que me conduziu à ideia de que as obras filosóficas da Antiguidade não eram compostas para expor um sistema, mas para provocar um efeito de formação; o filósofo queria fazer com que o espírito dos seus leitores e ouvintes trabalhasse, para que eles se pusessem em certa disposição de espírito. É um ponto muito importante, creio eu: não parti de considerações mais ou menos edificantes sobre a filosofia como terapêutica, etc., como concorrente do budismo, por exemplo... Não; o problema era de fato estritamente literário, e era o seguinte: por que razão os escritos filosóficos antigos dão, em geral, essa impressão de incoerência? Por que é tão difícil reconhecer seu esquema?" (HADOT, 2016,p. 83)

A existência das pré-noções com os atributos destacados aqui é fundamental para a filosofia de Epicteto, pois, conforme destaca Anthony Long, o ponto essencial dos pressupostos e métodos educacionais do filósofo de Nicópolis é a premissa de que “todos são dotados de um senso moral, ou melhor, de um conjunto compartilhado de conceitos gerais que fornecem a capacidade básica de fazer discriminações objetivas entre o bem, o mal, e assim por diante.” (LONG, 2007, p. 81). Ou seja, o método prescrito por Epicteto para o aperfeiçoamento moral dos seus estudantes encontra-se fundamentado na existência das pré-noções. O primeiro passo no método em questão consiste exatamente no reconhecimento das próprias pré-noções através do procedimento que será descrito na próxima seção.

1.1 A orientação da atenção para o interior

Segundo Epicteto, o acesso às pré-noções se dá a partir de um processo de interiorização. Nessa perspectiva, o filósofo oferece a seguinte orientação a um de seus estudantes, com o qual discutia sobre a natureza do bem: “Volte-se para si mesmo e descubra quais são as pré-noções que você possui.” (*Diss.* III.22.39). A prescrição sugerida aponta para existência de dois ambientes para os quais é possível direcionar a atenção: o interior e o exterior. A dicotomia entre esses dois campos tem uma relevância nítida no pensamento do filósofo, como é possível constatar pela frequência com que aparece em suas lições. No décimo livro da quarta *Diatribes*, por exemplo, encontra-se a recomendação para que seja cultivado um extremo cuidado com que é interno. Segundo Epicteto, a pretensão de manter a atenção dividida igualmente entre o interior e o exterior sempre resulta em aflição, pois o efeito previsto desse intento é engendrar uma distração permanente que impossibilita a conquista de qualquer objeto de desejo em ambos os campos (*Diss.* IV.10.25). Diante do exposto,

para compreender o significado de cuidar do interior faz-se necessária a compreensão acerca do que representa a interioridade.

Na última citação parafraseada, o interior é designado pelo filósofo com a expressão “princípio diretor” (*hegemonikon*). A mesma designação ocorre em outras passagens, quando Epicteto emprega a expressão “princípio diretor” em contraposição ao que é exterior, como no décimo livro da terceira *Diatrise*, no qual se descreve a tarefa própria do filósofo como sendo o cuidado com o princípio diretor e não com o que lhe é exterior (*Diss.* III.10.16).

Princípio diretor (*hegemonikon*) é um vocábulo tradicionalmente empregado no estoicismo para se referir a alma racional. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a teoria estoica propõe que tudo que existe possui alma (*psyche*), e que toda alma é resultado da combinação entre os dois elementos ativos, fogo e ar. Uma combinação dinâmica, pois fogo e ar permanecem em constante movimento em direções opostas. A intensidade dessa oposição determina o que os estoicos denominaram de tonos. De acordo com essa abordagem, cada tipo de alma se distingue das demais pelo seu nível de tonicidade. Os estoicos discriminam quatro níveis que recebem as seguintes nomenclaturas: *hexis*, dos corpos inanimados; *physis*, das plantas; *psyche*, dos animais; *hegemonikon*, o princípio diretor dos seres racionais (DINUCCI, 2017, p. 17). Sendo assim, para o estoicismo, e para Epicteto, princípio diretor é equivalente à alma racional.

Outro termo utilizado pelo filósofo de Nicópolis para designar o que é interno é a escolha (*prohairesis*). Essa expressão igualmente denota a alma racional, mas representa uma inovação em relação à tradição estoica antiga e provavelmente consiste em uma apropriação a seu modo do conceito aristotélico homônimo (DINUCCI, 2014,0.146). Ao empregar esse termo, Epicteto destaca aquilo que defende como sendo o traço característico da racionalidade; a saber, a possibilidade de deliberar sobre as ações e crenças. Haja vista que nos seres irracionais as ações são mais precisamente reações determinadas diretamente pelas representações (*phantasiai*), sem nenhum espaço para deliberação. Assim, a escolha (*prohairesis*) é definida pelo filósofo como o princípio de autonomia dos seres humanos, sendo completamente livre e desimpedida no uso das representações (*phantasiai*) (*Diss.* I.17.21; I.18.17). A liberdade neste uso, por sua vez, implica a possibilidade de

determinação das próprias reações diante das representações, ou seja, a determinação das crenças, ações e desejos⁸.

Uma vez que a escolha é definida por Epicteto a partir da relação com as representações, o entendimento da interioridade na perspectiva do filósofo demanda uma reflexão mais detida acerca da definição de representação. O que corresponde ao tema a ser abordado na próxima seção.

1.2 O conceito estoico de representação (*phantasia*)

Em termos gerais, a representação é definida pelos estoicos como sendo uma alteração (*heteroiosis*) na alma (*psyche*). Essa definição, conforme consta em Sexto Empírico (SE AM 7.228.5) foi atribuída a Zenão de Cítio por Crisipo. Tanto Sexto quanto Diógenes Laércio (DL 7.49.51 = LS 39A) relatam uma discordância original acerca da natureza dessa alteração. Segundo ambas as referências doxográficas, a divergência teria encontrado lugar entre a interpretação de Cleantes e a de Crisipo. O primeiro entendia que a alteração que configurava a representação era semelhante a uma marca em um sinete⁹. De acordo com essa interpretação, a alma seria equivalente a um pedaço de cera, e a representação corresponderia à conformação da cera ao objeto com o qual entra em contato. A crítica a esse modelo, colocada por Crisipo, ressaltava o fato de que o pedaço de cera não era capaz de adotar conformações de diferentes objetos simultaneamente. Por exemplo, não seria possível que a cera adotasse, ao mesmo tempo, a forma de um triângulo e a de um quadrado. A partir dessa crítica, Crisipo sugeriu que a alteração que caracteriza a

⁸ Sobre a dificuldade de conciliar uma completa liberdade da alma com o determinismo universal defendido pelo estoicismo, Anthony Long observa que “Os estoicos anteriores haviam dedicado considerável atenção aos antecedentes causais dos estados mentais; como geralmente interpretados, sustentavam que os estados mentais se enquadram no escopo do destino (determinismo universal), mas ‘não são externamente necessários’ porque dependem de nós - de nossa faculdade interna de concordância. Epicteto constantemente afirma a completa liberdade do assentimento em relação às necessidades externas, mas ele não aborda a complexa questão de como ou se essa liberdade também é compatível com o destino. O que ele faz, em vez disso, é traçar um forte contraste entre a capacidade inata da mente de completa autonomia ou autogoverno e a inevitável sujeição do corpo à coação externa.” (LONG 2002, p. 28). A ausência de uma discussão sobre liberdade e determinismo nas lições do filósofo de Nicópolis parece ser um indício adicional que atesta o caráter prático da sua filosofia.

⁹ Conforme resalta Tad Brennan, essa comparação já havia sido empregada ao fazer referência à percepção, tanto por Platão, em *Teeteto* 191cd; quanto por Aristóteles, em *De Anima* 424a19. (BRENNAN, 2010, p. 63)

representação devia ser semelhante aos golpes que os sons imprimem no ar, uma vez que este pode comportar vários sons simultâneos.

Conforme destaca Anthony Long, o que os estoicos entendem como alteração na alma cobre todos os estados da mente, engendrados por estímulos internos ou externos. Por exemplo, a percepção de que algo é branco, a sensação de que minha perna está machucada, a lembrança do aniversário de alguém, meu pensamento atual sobre alguma coisa, ou minha reflexão sobre a raiz quadrada de quatro, todos são classificados pelos estoicos como representação. (LONG, 2001, p. 270). Ainda segundo esse comentador, a principal influência sofrida pelo estoicismo na formulação do seu conceito de representação proveio de Aristóteles (LONG, 2001, p. 267). No entanto, ao passo que, para o estagirita, a representação (*phantasia*) consistia em uma capacidade diferente da percepção e do pensamento, os estoicos, por outro lado, ampliaram o escopo de representação a fim de englobar essas outras faculdades. Sendo assim, entendiam a percepção sensível como um modo de representação sensorial, e o pensamento como um modo de representação não sensorial (DL 7.49-51 = LS 39A). De fato, os cinco sentidos são concebidos pelos estoicos como extensões da alma (DINUCCI, 2017, p. 18), e, portanto, tudo o que afeta os sentidos afeta a alma como representação. Com efeito, os animais irracionais também possuem representações, pois possuem percepções sensíveis. A característica específica de todos os animais é a capacidade de mover a si mesmo, e o modo como o estoicismo explica essa capacidade é através da combinação entre representação (*phantasia*) e impulso (*hormé*), na qual a primeira exerce o papel de causa que mobiliza o segundo, e este, por sua vez, leva à ação (LONG 1996, p. 268).

De acordo com a doutrina estoica, de um modo distinto ao que ocorre com os animais irracionais, todas as experiências que acometem os seres racionais, ou seja, todas as representações, são mediadas por conceitos e pela linguagem (LONG, 2001, p. 273). O que implica que tanto as representações provenientes diretamente dos sentidos quanto as não sensíveis são traduzidas igualmente como enunciados. Por essa razão, é dito que, nos animais racionais, as representações apresentam dois aspectos: i) a alteração corpórea na alma, à semelhança da alteração causada no ar pelo som; e ii) o aspecto enunciativo, que consiste na conversão dessa alteração em linguagem.

Simultaneamente à possibilidade de traduzir a representação, instala-se na alma racional a capacidade de dar ou negar assentimento (*synkatathesis*) (LONG, 1996, p. 273). Ao que parece, a mediação desempenhada pela linguagem promove o distanciamento necessário para o exercício da escolha diante das representações. Nos animais irracionais, por carecerem de assentimento, o impulso e a ação consequente seguem inevitavelmente a representação. Contudo, no caso dos animais racionais, o assentimento se coloca entre a representação e o impulso, instaurando assim a possibilidade de deliberar sobre a própria reação diante de uma representação. (LONG 2001, p. 273). A escolha (*prohairesis*) coincide com a capacidade de escolher dar ou negar assentimento e, conseqüentemente, de determinar as crenças, impulsos e desejos, pois essas ações pressupõem a aceitação de representações.

Escolha (*prohairesis*), princípio diretor (*hegemonikon*) e faculdade racional (*dynamis logike*) são sinônimos que designam o princípio que faz uso das representações. Assim, na *Diatribes* IV, o filósofo afirma que o princípio diretor faz uso de tudo o que lhe é exterior, submetendo à prova, selecionando e rejeitando (*Diss.* IV.7.40); a escolha é colocada com essa mesma atribuição no vigésimo nono capítulo da primeira *Diatribes* (*Diss.* I.29.1,2), entre outras passagens; e a faculdade racional aparece como aquilo que utiliza as representações na *Diatribes* I.1.4-6. Esses também são os termos utilizados por Epicteto para designar a dimensão interior, que possui como característica específica a liberdade, em contraste com o exterior, que é o campo da limitação e dos entraves, sobre os quais não é possível exercer qualquer liberdade. Por essa razão, o filósofo discerne que o interior é aquilo que se encontra sob nosso encargo (*epi hemin*)¹⁰, enquanto que o exterior corresponde a tudo aquilo que não está sob nosso encargo (*ouk epi hemin*) (*Diss.* III.24.56).

¹⁰ Conforme destaca Aldo Dinucci (2014), a expressão *epi hemin* significa “algo que é colocado sobre nós, sustentado por nós”. A tradução por “aquilo que está sob nosso encargo” enfatiza a ideia da responsabilidade que temos em relação as coisas que se encontram nessa categoria. O método proposto por Epicteto indica que o exercício pleno do controle sobre essas coisas depende diretamente do estabelecimento do hábito de amenizar o impacto causado pelas representações, para assim poder deliberar sobre as reações diante das mesmas. Ou seja, estar sob nosso encargo não é o mesmo que estar sempre sob nosso controle, mas é o que garante a possibilidade e o dever de efetivar o controle sobre o que se encontra nessa condição. Posto isso, a tradução adotada aqui parece mais precisa do que ‘*things under our control*’, utilizada por Oldfather (1928), ou ‘*the things up to us*’ empregada por Anthony Long (2002).

Nas reflexões de Epicteto, a dicotomia entre interior e exterior aparece principalmente nos termos da distinção entre o que se encontra e o que não se encontra sob nosso encargo. Segundo o filósofo de Nicópolis, as coisas que se encontram na primeira condição são as seguintes: “Sob nosso encargo estão a capacidade de escolha e todas as ações que envolvem a capacidade de escolha.” (*Diss.* I.22.10). As ações associadas à escolha são o assentimento, o impulso e os desejos. Por outro lado, a lista das coisas que compõe a segunda categoria é incalculável, conta, por exemplo, com o corpo, a honra, as propriedades (*Diss.* II.2.10), mas também com a literatura e o ócio, conforme descrito na citação abaixo:

Lembre-se que não é somente o desejo pelo poder e riqueza que nos torna vis e subordinados a outras coisas, mas também a ânsia pela calma, ócio, viagens e literatura. Diretamente, seja o que for exterior, seu apreço nos subordina a outra coisa (*Diss.* IV.4.1).

No fragmento acima, Epicteto enfatiza que ter como objeto de desejo algo que se encontra fora do nosso encargo corresponde ao estabelecimento de uma sujeição. Sujeitar-se consiste em depositar nas mãos de outrem o poder sobre a própria felicidade ou infelicidade que dependem diretamente do sucesso e do fracasso em alcançar o que se deseja e evitar o que se repudia. Caso os desejos sejam dirigidos a coisas que fogem ao controle pessoal, cedo ou tarde a frustração será experimentada, pois, nesse caso, não é possível garantir a conquista ou mesmo a conservação daquilo que se deseja. Ademais, para o filósofo, tornar-se subordinado ao exterior é o mesmo que assumir a condição de um animal irracional, tendo em vista que o traço característico da racionalidade é a liberdade. Sendo assim, o pleno exercício da liberdade implica a independência do exterior e a conquista da satisfação interna na realização daquilo que se encontra sob nosso encargo.

O desejo é um tipo de reação suscitada pelas representações. Por exemplo, a representação cujo conteúdo enunciativo afirma que a literatura é um bem pode engendrar o desejo pela literatura. No entanto, para que isso ocorra, ou seja, para que o desejo se forme, é necessário que haja o assentimento à representação em questão. Dessa forma, Epicteto observa que o movimento de atração inicial causada por uma representação é inevitável, mas o estabelecimento do desejo pode ser evitado pela negação do assentimento. Anthony Long descreve a distinção entre ser impactado por uma representação e conceder-lhe assentimento, nos seguintes termos:

Como pensamento-conteúdo, as representações naturalmente reivindicam nossa atenção, uma vez que toda consciência envolve atenção. A faculdade que responde a essa reivindicação é o assentimento. As representações, consideradas simplesmente como conteúdo fugazes da mente, não são julgamentos; em vez disso devem ser consideradas potenciais julgamentos: “Isso parece meu chapéu”, é diferente de “Aí está meu chapéu”; “Eu tenho a impressão de que seria bom ir para a praia”, é distinto de “Seria bom ir à praia”. (LONG 2001, p. 273-4)

A exigência por atenção é o assédio inevitável que as representações exercem na alma. Em outros termos, não é possível evitar a afecção provinda dos estímulos externos ou internos. No entanto, após ser afetado, é possível enfraquecer o impacto inicial reorientando a atenção para dentro, ou seja, para a escolha e as ações associadas à escolha. Nessa perspectiva, Epicteto orienta que: “Quando for mordido por uma representação (e isso não está sob seu controle), faz frente com a razão, luta contra ela, não deixes que ganhe forças nem que passe a diante imaginando o que queira e como queira” (*Diss.* III.24.108). Existe uma imagem utilizada tradicionalmente no hinduísmo que expressa a mesma ideia nas seguintes palavras: “se um pássaro pousar em sua cabeça você não pode ser culpado por isso, mas se ele fizer um ninho, então você é responsável.” A estratégia de luta e resistência às demandas das representações é descrita pelo filósofo de Nicópolis da seguinte forma:

Primeiro, não se deixe arrebatar pela sua intensidade, mas diga-lhe: “Aguarde-me um pouco, representação; deixe-me ver quem és e sobre o que trata, deixe-me colocar-te à prova”. Em seguida, não permita que ela avance desenhando o que deve se seguir. Caso contrário ela irá dominá-lo e conduzi-lo aonde quiser; ao invés disso, é melhor que você, por sua vez, introduza alguma outra representação bela e nobre, e expulse a imunda. Caso você se habitue a exercitar-se dessa forma, verá que ombros conquistará, que tendões, que vigor; por ora o que tem são argumentos minúsculos e nada mais. (*Diss.* II.18.24-26)

Como exposto na citação supracitada, o primeiro passo no método prescrito consiste em um recuo com a finalidade de amenizar o impacto da representação, seguido por uma reflexão sobre o que está afetando a própria alma e sobre o tipo de conteúdo enunciativo que está envolvido. Em seguida, o filósofo se refere a uma espécie de teste a que a representação deve ser submetida. Uma outra passagem presente no *Encheiridion* talvez seja mais explícita quanto ao caráter do referido teste.

Em seguida, examina-a e testa-a com essas mesmas regras que possuis, em primeiro lugar e principalmente se é sobre coisas que são encargos nossos ou não. E caso esteja entre as coisas que não sejam encargos nossos, tem à mão que: “Nada é para mim” (*Ench.* 1.5)

De acordo com essa passagem, o teste em questão consiste em uma avaliação para investigar se o conteúdo da representação diz respeito a algo que está ou não está sob nosso encargo. Esse exame implica um movimento de introspecção que coloca em evidência o contraste entre as dimensões interna e externa. Caso a representação seja reprovada no teste, então é preciso descartá-la, o que demanda a sua substituição por outra, mais bela e nobre. Pois, na perspectiva de Epicteto, a única forma de anular a inquietação causada por uma representação de modo definitivo é substituí-la por outra capaz de promover um impacto de intensidade semelhante só que em uma direção oposta. Por essa razão, o filósofo afirma que somente um impulso pode sobrepujar outro impulso e apenas um desejo pode vencer outro desejo (*Diss.* I.17.24).

O processo descrito acima, de determinação das próprias crenças, desejos e ações, é em que consiste o modo correto de lidar com as representações, e pressupõe que a alma estabeleça uma constante contemplação de si mesma. Segundo Epicteto, a possibilidade dessa contemplação é dada pela natureza da constituição da razão.

Então para que recebemos da natureza a razão? Para usar as representações como é preciso. E a razão ela mesma, o que é? Um sistema <constituído> de representações de certa qualidade. Assim, por natureza, contempla a si mesma. (*Diss.* I.20.5)

Conforme a citação, a razão consiste em um sistema composto por representações de uma certa qualidade. Ao que parece, a alma racional (*hegemonikon*) é compreendida pelos estoicos simultaneamente como o substrato físico das representações e como a capacidade (*dynamis*) de ordenar e avaliar as mesmas. A descrição formulada no trecho acima destaca o fato de que as representações presentes na alma racional não estão apenas armazenadas, mas encontram-se sistematizadas, ou seja, organizadas. Essa organização só pode ser realizada pela própria alma racional e pressupõe a capacidade de contemplar a si mesma (*Diss.* I.1.1-4).

Galeno, em sua obra “Sobre as doutrinas de Hipócrates e Platão”, atribui a Crisipo uma definição da razão bem semelhante a exposta pelo filósofo de Nicópolis, que estaria presente no tratado intitulada “Sobre a razão”, na qual Crisipo teria afirmado que: “a razão é uma coleção de certos conceitos (*ennoiai*) e pré-noções” (LS 53V). Os conceitos, por sua vez, estão contidos no amplo escopo da definição estoica

de representação. Plutarco, na obra “*Sobre as noções comuns*”, afirma que na perspectiva do estoicismo “conceito é um tipo de representação (*phantasia*), e representação é uma impressão na alma” (LS 39F).

Segundo os estoicos, tanto a alma racional quanto a irracional são capazes de reagir às representações. No entanto, as primeiras são capazes de refletir sobre as suas reações e aprimorá-las (*Diss.* I.6.12-3). Essa capacidade é posta pela própria constituição da razão enquanto capacidade reflexiva. Traduzindo nos termos próprios do estoicismo, pode-se dizer que todas as almas são destinadas a usar as representações, contudo aquelas que possuem representações na sua constituição, ou seja, as providas de racionalidade, são projetadas para contemplar também a si mesmas. Nesse contexto, o filósofo ressalta que “Para quem a constituição implica apenas o uso, o mero ato de usar basta. Entretanto, para quem a constituição <implica> também a compreensão do uso, se essa capacidade não é exercitada, jamais seu fim será realizado.” (*Diss.* I.6.17). A realização do potencial de autonomia e de felicidade da alma racional se efetiva, portanto, através do uso correto das representações.

A partir das citações indicadas e das análises propostas aqui, é possível deduzir que entre as representações que compõem a razão estão as pré-noções, e que o retorno para si mesmo equivale ao distanciamento das representações externas e o direcionamento da atenção para as internas, entre as quais se encontram as pré-noções. É importante ressaltar que, tratando-se das representações, a dicotomia entre interno e externo não se refere à diferentes posições no espaço, haja vista que todas as representações consistem em alterações na alma, mas diz respeito ao conteúdo enunciativo das representações. Quando esse diz respeito a algo que está sob nosso encargo, então a representação é interna, e quando se refere a algo que está além do nosso encargo, então é externa. Posto isso, as pré-noções que compõem a razão e são representações internas devem ser sobre o que está sob nosso encargo. Em suma, voltar-se para dentro significa examinar as ideias gerais, que são compartilhadas com todos os seres racionais, acerca do bem, do mal, e dos demais valores morais.

O presente capítulo dedicou-se a investigar em que consistem as pré-noções, e qual o método para acessá-las, chegando às seguintes conclusões. O conceito de pré-noção em Epicteto deve ser pensado dentro do horizonte das práticas destinadas

ao aperfeiçoamento moral, que representam o núcleo da sua reflexão filosófica. Nesse panorama, as pré-noções podem ser definidas como noções gerais sobre valores morais, inatas, e comuns a todos os seres racionais. O meio para acessá-las é um movimento de retorno para dentro de si, o que equivale a distanciar o pensamento daquilo que não está sob nosso encargo, suavizando assim o impacto causado por esses objetos, e a concentração da atenção nas próprias ideias mais elementares e gerais acerca dos valores morais.

Uma vez que se tenha acessado as pré-noções, resta saber como aplicá-las ao cotidiano, ou seja, permanece a pergunta sobre como se constitui o critério de aplicação dessas ideias gerais sobre valores morais em situações concretas. Essa questão será o objeto do próximo capítulo.

Capítulo 2

A representação compreensiva como critério moral

Epicteto descreve as opiniões que expressam juízos morais como aplicações de pré-noções nas circunstâncias particulares. Ou seja, para o filósofo, adotar uma opinião sobre o valor moral de algo equivale a atribuir uma qualidade que, de acordo com as pré-noções, é um atributo de um conceito moral. Por exemplo, afirmar que uma determinada ação é justa é o mesmo que atribuir a esta ação alguma característica que, segundo as pré-noções de justiça, é um predicado deste conceito moral. Sendo assim, o critério de avaliação moral, que é objeto deste estudo, pode ser entendido como o critério de aplicação das pré-noções. E a pergunta central a ser respondida por esta pesquisa pode ser reformulada na seguinte interrogação: na perspectiva de Epicteto, qual é o critério de aplicação das pré-noções?

2.1 O critério moral em Epicteto

O filósofo de Nicópolis destaca em diversas lições a necessidade incontornável da adoção de critérios eficazes para garantir que as avaliações morais sejam corretas, e, conseqüentemente, que a serenidade seja conquistada. Os conflitos e sofrimentos seguem necessariamente as opiniões morais mal formuladas, que adotam as aparências como referência, porque estas irão inevitavelmente engendrar desejos e ações fadadas ao fracasso e à frustração.

Se, por um lado, Epicteto, e os demais estoicos postulam a possibilidade de uma liberdade irrestrita no que tange ao assentimento, ou à formação de uma crença, por outro lado, defendem que, uma vez que se tenha adotado uma determinada opinião, não é possível agir de modo contrário a mesma. Ou seja, uma vez que se tenha dado o assentimento à representação de que uma determinada ação é vantajosa, o autor do assentimento necessariamente estará engajado na realização da mesma. Essa espécie de determinismo encontra-se fundamentada no pressuposto de que todos os seres são dotados de um amor próprio (*philauto*) inevitável. Como destaca Epicteto, cada ser vivente “tudo faz para si mesmo. Pois também o Sol faz

todas as coisas para si mesmo, como, de resto, também Zeus o faz.” (*Diss.* I.19.11). Por esse motivo, o que parece vantajoso exerce uma atração natural e irresistível.

eu <me inclino> por natureza para o que me é vantajoso. Se me é vantajoso possuir terra arável, me é vantajoso tomá-la do vizinho. Se me é vantajoso possuir uma toga, me é vantajoso roubá-la da sala de banho. (*Diss.* I.22.13,14).

A citação acima coloca em destaque a disposição natural que determina a impossibilidade de agir deliberadamente de forma contrária ao que se acredita ser mais vantajoso. Independente de quão vil seja a ação, caso o agente adote a opinião de que a mesma promove o melhor para si mesmo, então certamente estará engajado em levá-la a cabo. O filósofo de Nicópolis é enfático ao afirmar que somente a opinião que diz respeito ao que é vantajoso é capaz de engendrar uma ação, porque corresponde ao ímpeto natural de buscar o que parece promover o próprio bem. Destarte, Epicteto postula que assumir algo como vantajoso é o mesmo que colocar o bem nesse algo, e onde o bem for colocado, também estará colocado necessariamente o destino da ação (*Diss.* 1.22.11-15). Nesse contexto, a única maneira de orientação das ações é por meio da reformulação do padrão de formação das opiniões morais sobre o que é mais vantajoso. Para tanto, deve-se buscar um critério que revele o que de fato é mais vantajoso de acordo com a natureza e não apenas de acordo com a aparência. Esse processo pode ser descrito como o emprego do critério moral para uma aplicação correta da pré-noção de bem.

A inevitável inclinação para agir orientado pelas opiniões sobre o bem também constitui uma parte central do argumento aplicado por Epicteto com o propósito de convencer seus alunos a serem compreensivos em relação às faltas alheias e assim evitem a ira e a revolta motivadas pelo comportamento dos outros. O argumento utilizado pelo filósofo parte das seguintes premissas: i) ninguém adere a uma opinião falsa deliberadamente, “porque é da própria natureza do pensamento assentir às coisas verdadeiras, estar descontente com as falsas, suspender o juízo em relação às não-evidentes.” (*Diss.* I.28.2). ii) Existe uma correspondência entre a verdade e o vantajoso e o conveniente, ou seja, assim como a natureza determina que ninguém aceite de bom grado ser ludibriado, um impulso semelhante impede a busca voluntária do que lhes é desfavorável e inconveniente.

Assim, quando alguém assente ao falso, sabe que ele não desejou assentir ao falso. Pois toda alma é involuntariamente privada da verdade, como diz

Platão, mas pareceu àquele o falso ser verdadeiro. Ora, sobre as ações, o que temos aí que seja tal como o verdadeiro e o falso? O conveniente e o que é contrário ao conveniente, o que é vantajoso e o que é desvantajoso, o que me cabe e o que não me cabe, e quantas outras <expressões> semelhantes. (*Diss.* I.28.4,5)

Conforme esse pensamento, Epicteto entende que, do mesmo modo como existe uma inclinação natural em direção à verdade, há também um movimento determinado pela natureza em direção ao vantajoso. Na sequência do fragmento citado, o filósofo enfatiza a sua tese ao afirmar que é impossível considerar algo como vantajoso e ao mesmo tempo não o escolher (*Diss.* I.28.6). Assim sendo, a única maneira pela qual se pode optar pela falsidade e pelo desfavorável é os escolhendo por engano. A raiz de todas as falhas cognitivas ou morais encontra-se, portanto, na ignorância, a qual não deve suscitar o ódio ou a aversão em relação aquele que ignora, mas sim a compreensão e compaixão (*Diss.* I.28.10).

A perspectiva apresentada acima não admite, portanto, a *acrasia*, que em linhas gerais pode ser descrita como o fenômeno de possuir uma opinião correta e agir de modo contrário. Em um diálogo relatado na primeira *Diatribé*, Epicteto é questionado sobre a possibilidade da ocorrência de tal fenômeno. A questão é colocada a partir do exemplo paradigmático de Medeia, que, embora soubesse que o assassinato dos filhos era um ato vil, ainda assim o consumou. O trecho do diálogo segue transcrito abaixo.

–Não pode alguém pensar que algo é lhe vantajoso e não o escolher?

–Não pode.

–Como Medeia diz o seguinte?

Entendo que estou para praticar tais atos criminosos,

Porém, meu coração é mais forte que meu propósito.

–Por isso mesmo, para agradar seu coração, pensou ser mais vantajoso punir o marido que manter os filhos vivos. (*Diss.* I.28,6,7)

Nessa passagem, o filósofo considera que a avaliação que determinou a ação de Medeia foi a de que punir o marido seria mais vantajoso, mesmo às custas do assassinato dos filhos. O argumento exposto na citação indica que a adoção da opinião de que uma determinada ação atende a uma demanda do coração equivale a assumir a opinião de que o bem se encontra na realização desta ação, ou seja, que a mesma é vantajosa. Desde esse ponto de vista, é possível concluir que, na visão do filósofo, não há nada essencialmente incorreto em buscar vantagens para si mesmo.

No entanto, o equívoco que conduz à frustração e ao sofrimento resulta da imperícia na formação da opinião acerca do que de fato é vantajoso. Certamente Medéia aplicou equivocadamente a pré-noção de bem, mas o erro teria sido evitado caso a mesma tivesse buscado critérios em conformidade com a natureza, antes de dar o seu assentimento à representação de que vingar-se do esposo era o mais vantajoso a ser feito.

2.2 Um candidato para critério moral

Conforme destaca Pavle Stojanovic, em seu artigo *Epictetus and Moral Apprehensive Impressions in Stoicism*, embora Epicteto defenda de forma veemente a necessidade de um critério moral que seja empregado ao realizar avaliações morais, em nenhuma passagem das suas lições é possível encontrar uma nomeação explícita do que poderia desempenhar esse papel:

Uma vez que essas crenças conflitantes não podem ser ambas verdadeiras, Epicteto argumenta que, assim como no caso de decidir se algum objeto é preto ou macio, usamos um critério para determinar a verdade, devemos ter um critério para decidir quais das nossas crenças morais são verdadeiras (*Diss.* 1.11.9-15). Este critério não pode ser uma mera opinião (*dokein*), mas algo mais alto (*anōteros*) do que mera opinião (*Diss.* 2.11.11-12). Embora Epicteto não o nomeie explicitamente, ele pensa que tal critério existe (*Diss.* 2.11.17). (STOJANOVIC, 2014, p.171)

Na sequência do trecho citado, o intérprete sugere um candidato para critério moral:

Uma vez que os estoicos pensavam que a impressão compreensiva é o critério da verdade, e como Epicteto acreditava que as impressões morais compreensivas são possíveis, penso que podemos concluir que o critério de Epicteto tinha em mente aqui era a impressão (*phantasia*) moral compreensiva. (STOJANOVIC, 2014, p.171)

O candidato proposto por Stojanovic consiste em um tipo de representação, ou afecção na alma, que tem como característica específica a capacidade de revelar de modo perfeitamente claro a natureza do que causou a afecção. Devido à especificidade desse tipo de representação, o mesmo foi definido pelos estoicos como sendo o critério de verdade, ou seja, o instrumento de verificação que garante a possibilidade de um conhecimento capaz de apreender perfeitamente a realidade. O intérprete em questão sugere que o mesmo tipo de representação pode ser entendido como o critério a ser empregado para identificar a verdade sobre os valores morais

em situações objetivas. A hipótese aventada implica que o conteúdo enunciativo dessas representações atribua predicados morais, e essa possibilidade constitui um ponto de controvérsia entre alguns comentadores.

A proposta de candidato a critério moral apresentada por Stojanovic será analisada nas próximas seções deste capítulo, inicialmente com uma abordagem mais detida acerca das especificidades da representação compreensiva, seguida por uma avaliação sobre a possibilidade dessa espécie de representação apresentar um conteúdo moral, para então investigar se as lições de Epicteto oferecem evidências suficientes para sustentar a identificação desse tipo de representação com o critério moral.

2.3 A representação compreensiva (*phantasia kataleptiké*)

Conforme apresentado anteriormente, o conceito estoico de representação é definido como alteração (*heteroiosis*) na alma (*psychei*). Essa noção de alteração abrange todos os estados anímicos possíveis, desde a percepção sensível até o pensamento e a memória, mobilizados por estímulos externos ou internos. A representação compreensiva (*kataleptike*) é um tipo particular de representação que se distingue dos demais por consistir em uma alteração na alma que reproduz perfeitamente as características daquilo que a causou. Os atributos mais específicos da definição de representação compreensiva foram formulados, pelo menos parcialmente, no seio de um debate travado entre os estoicos e os céticos acadêmicos (DINUCCI, 2017, p.30).

Conforme destaca Gisela Striker, nos séculos III e II a.C. travou-se um debate gnosiológico entre as escolas gregas que pode ser resumido na questão acerca do critério de verdade. A primeira divergência em questão era sobre a existência desse critério, do qual dependeria a viabilidade do conhecimento. A segunda era, considerando que este critério existisse de fato, o que poderia ser designado como tal. Negando essa possibilidade estavam os céticos, tanto os acadêmicos quanto os pirrônicos. No outro extremo encontravam-se os estoicos e epicuristas. Todavia esses discordavam entre si acerca da segunda questão. (STRIKER, 1996, p.22)

Segundo Striker, desde a antiguidade, o termo critério comumente designa um meio ou instrumento de julgamento e, no caso da verdade, o critério consistiria no

instrumento para discernir entre verdadeiro e falso. A partir do debate mencionado, o que permaneceu para a posteridade como o critério de verdade defendido pelos estoicos foi a representação compreensiva. Com o propósito de tornar mais claras as implicações desse tipo de representação, a seguir serão esboçados alguns dos argumentos que protagonizaram a discussão entre os estoicos e os cétricos.

De acordo com o relato de Cícero (*Acad. Post.* 77 ss) e Sexto Empírico, o debate entre Zenão de Cítio e o cétrico acadêmico Arcesilau girou em torno da infalibilidade do sábio. Nesse contexto, ser incapaz de adotar opiniões falsas equivale a dar assentimento exclusivamente quando estiver diante de representações verdadeiras. Portanto, para evitar o erro é necessário possuir algum critério que possibilite um discernimento seguro entre o certo e o duvidoso. Em linhas gerais, os argumentos norteadores do debate podem ser descritos da seguinte forma: a posição do cétrico era a de que o erro só poderia ser evitado através da suspensão do juízo, pois não existe nenhum critério que garanta o conhecimento seguro e completamente confiável. Segundo Arcesilau, existem representações causadas por objetos extremamente semelhantes a outros que são impossíveis de serem distinguidas. Posto isso, sempre que um pretense sábio der assentimento a uma representação, estará sujeito ao erro, pois sempre haverá a possibilidade de confundir-se com outra representação causada por um objeto idêntico.

A defesa apresentada por Zenão encontrava-se fundamentada na premissa da singularidade de cada coisa que compõe o cosmos, segundo a qual não existe nada completamente idêntico a outro objeto, e na crença da existência de um tipo de representação que expressasse essa singularidade de forma indubitável, a representação compreensiva. A infalibilidade do sábio estoico repousaria, então, na restrição de somente dar assentimento às representações dessa modalidade e na suspensão do juízo quando for o caso das demais representações. Mesmo no caso de coisas muito semelhantes a outras, os estoicos defendem que o sábio não se confunde porque apenas dará assentimento à representação quando esta apresentar o grau de clareza necessário para revelar a singularidade do objeto que a causou, ou seja, quando for compreensiva.

Decerto, Zenão precisava preservar a possibilidade do assentimento seguro, uma vez que, de acordo com a sua doutrina, essa é a capacidade pela qual se define a racionalidade da alma. Para garantir esse direito ao sábio, foi necessário postular

um tipo de representação que não possuísse a qualidade apenas de ser verdadeira, mas também que fosse impossível de ser falseada. Segundo os estoicos, uma representação pode ser verdadeira e não ser compreensiva, mas toda a representação compreensiva é verdadeira (BOLZANI, 2013 p. 126). Para que uma representação seja verdadeira, basta que revele o que de fato a causou, mesmo que essa revelação seja um tanto confusa. Por exemplo, em um ambiente mal iluminado é fácil confundir uma corda com uma cobra, contudo, supondo que haja de fato uma serpente em um quarto nessas circunstâncias, então a representação de que se está diante de uma cobra é verdadeira, embora não possa ser compreensiva devido às condições inapropriadas do ambiente. Uma representação compreensiva, por sua vez, será sempre verdadeira e impossível de ser confundida com outra, pois apresenta uma evidência incontestável. Segundo os estoicos, a força desta evidência é o bastante para que a própria representação, por si mesma, indique as coisas que são, assim como são. (BOLZANI, 2013 p. 128-9).

No contexto do debate narrado, foram delineadas as condições que deveriam ser atendidas por uma representação para que pudesse ser classificada como compreensiva. Esses requisitos aparecem discriminados em Sexto Empírico nos seguintes termos: “Uma impressão compreensiva é aquela que surge do que é, sendo carimbada e impressa exatamente de acordo com isto que é, de um tipo tal que não poderia surgir do que não é.”¹¹ (SE AM 7.248/ LS 40E3). A descrição de Sexto comporta três cláusulas, que talvez possam ser retratadas da seguinte maneira: a primeira condição define que a representação seja relativa a algo que existe de fato; a segunda cláusula afirma que a representação deve expressar fielmente as características daquilo que a causou; a terceira cláusula, se refere à força da evidência capaz de manifestar a singularidade daquilo que engendrou a representação. Acerca do terceiro requisito Pavle Stojanovic afirma que:

... os estoicos confiaram no princípio de que cada objeto existente é ontologicamente único para garantir que esse requisito seja cumprido. Sua estratégia era argumentar que, dado que todo objeto corpóreo é ontologicamente único, a apreensão é possível porque a impressão (*phantasia*) compreensiva capta essa singularidade e garante que nenhuma impressão não compreensiva possa representar sua impressora (o que causou a *phantasia*) por engano. (STOJANOVIC, 2014, p. 168)

¹¹ Tradução do inglês em *The Hellenistic philosophers* (Long & Sedley)

É importante ressaltar que os estoicos formularam os atributos da representação compreensiva respaldados em uma doutrina que postula que todo o cosmos é impregnado por uma razão universal. Esse postulado promove a confiança explícita na possibilidade de um conhecimento seguro sobre a realidade das coisas. A partir da racionalidade do cosmos, os estoicos deduziram a existência de uma correspondência, ou mesmo de uma continuidade entre os atributos das coisas, o aparato perceptivo, e a alma racional. Sobre o sistema do estoicismo, Bolzani afirma que poderia ser descrito propriamente como um “intelectualismo empirista ou um empirismo intelectualista” (BOLZANI, 2013, p. 125). Segundo este comentador, o componente empirista decorre da tese de que a sensibilidade já é uma instância de verdade e conhecimento, enquanto que o intelectualista corresponde à cosmologia, segundo a qual a razão perpassa tudo o que existe. A onipresença da razão é o que garante que, mesmo no campo da sensibilidade, haja um critério que permite o acesso à verdade e à constituição do conhecimento (BOLZANI, 2013, p. 125-6).

Um dos exemplos que foi aludido no debate gnosiológico entre os estoicos e os céticos é o dos gêmeos idênticos. Segundo os céticos, o assentimento à representação de um dos irmãos estaria sempre susceptível ao erro por não haver um critério infalível para distingui-los. Embora sejam indivíduos distintos, os céticos defendiam que os seres racionais não são dotados de nenhum meio natural para diferenciá-los com uma certeza infalível. Para os estoicos, no entanto, se a representação de um dos irmãos for compreensiva, então não será possível confundilo com o outro. O assentimento nesta circunstância seria, portanto, completamente confiável:

Uma vez que é capaz de capturar a singularidade ontológica de sua impressora, a impressão (*phantasia*) compreensiva sobre Castor seria tal que, se fosse causada por Castor, representaria sua impressora como sendo Castor e, se não fosse causada por Castor (mas, por exemplo, por seu gêmeo Polideuces), não representaria sua impressão como sendo Castor. Assim, permitiria à pessoa afetada por essa impressão (*phantasia*) discriminar entre situações reais nas quais o conteúdo da impressão é verdadeiro e possíveis situações contrafactuais em que o conteúdo da impressão seria falso. (STOJANOVIC, 2014, p. 168)

Deixando de lado as controvérsias que ainda podem ser suscitadas no que se refere à possibilidade efetiva desse tipo de representação, passemos ao problema que diz respeito diretamente ao objeto da presente investigação. A hipótese de que a representação compreensiva desempenha o papel de critério moral implica que a

mesma seja capaz de revelar os atributos morais das coisas. Logo, na próxima seção, a questão a ser investigada diz respeito à possibilidade de que as representações compreensivas suportem conteúdos morais.

2.4 A possibilidade da representação compreensiva moral

Striker (1996) e Braicovich (2017) oferecem uma resposta negativa para a questão colocada na seção anterior. A posição defendida por esses comentaristas encontra respaldo no fato de que a quase totalidade dos exemplos de representação compreensiva, presentes nas fontes que registram o pensamento dos antigos estoicos, são de representações sensíveis¹² e, portanto, moralmente neutras. Nessa perspectiva, os contextos em que são discutidas comumente dizem respeito à percepção da temperatura de algo, da doçura de um determinado alimento, e de atributos visuais de objetos como maçãs, ovos e pessoas (BRAICOVICH, 2017, p. 546).

Outro indício de que as representações compreensivas estão restritas aos conteúdos sensíveis é a ausência desse conceito nas reflexões dos filósofos do período imperial do estoicismo. Na época em questão, as representações abordadas pelos estoicos geralmente dizem respeito aos acontecimentos anímicos complexos envolvendo avaliações morais, e a referência à noção de representação compreensiva é quase inexistente. A única exceção a essa regra é Epicteto, ainda que somente em três breves passagens¹³.

Segundo Braicovich, um motivo geral que justifica o suposto abandono de um conceito que fora tão central para os primeiros estoicos pode ser descrito nos seguintes termos:

Uma razão que poderia ser aludida para explicar os motivos desta ausência consiste no fato de que a abordagem sistemática e técnica que caracteriza a gnosiologia estoica durante o primeiro período da escola é abandonada durante o período romano em função de uma abordagem vinculada diretamente a alguns problemas éticos centrais, tais como a doutrina dos indiferentes ou o problema da distinção entre o que depende e o que não depende de nós. (BRAICOVICH, 2017, p.544)

¹² Gisela Striker cita somente duas passagens em Sexto Empírico (AM VII 416-421 e MVIII 85-86) que poderiam suscitar a ampliação do escopo da representação compreensível, no entanto a comentadora defende o caráter anômalo dessas passagens (STRIKER, 1996, p. 73-6).

¹³ *Diatribes*. III.8.5; IV.4.13 e *Encheiridion*. 45.

Na perspectiva apresentada na citação, ainda seria possível agregar à razão geral outras duas razões específicas. A primeira diz respeito à mudança no ambiente de disputa filosófica. De fato, no estoicismo antigo, o principal interlocutor dos estoicos foram os céticos, e o principal ponto de divergência entre as escolas era sobre a viabilidade de um conhecimento seguro acerca do mundo. Por outro lado, no período imperial, o principal interlocutor do estoicismo passou a ser o epicurismo, e o lugar outrora ocupado pelos debates acerca do conhecimento foi tomado quase que exclusivamente pelas questões relativas ao aprimoramento moral. De acordo com essa interpretação, a ausência da noção de representação compreensiva nas discussões que envolvem representações morais é uma evidência adicional de que a mesma estaria restrita ao campo da sensibilidade.

Com efeito, o intérprete argumenta que as cláusulas da representação compreensiva apresentadas na seção anterior não encontram uma aplicação adequada ao novo contexto do estoicismo, em que as questões associadas a uma teoria do conhecimento deixaram de estar no centro do debate filosófico. A fim de ilustrar essa alegação contundente, Braicovich lança mão de alguns exemplos de representações abordados por Epicteto e os compara com os requisitos que devem ser atendidos pelas representações compreensivas.

Tomemos a definição e um exemplo concreto: como eu poderia decidir se a impressão (*phantasia*) de que deveria dedicar minha vida à filosofia é uma impressão (*phantasia*) que revela todas as peculiaridades do objeto que a causou? Que significaria perguntar se a impressão (*phantasia*) de que deveria abandonar minha família se imprimiu em minha alma de modo exato e preciso em relação a algo que existe tal qual essa impressão (*phantasia*) representa a mim? (BRAICOVICH, 2017, p. 548)

Os questionamentos levantados nesse excerto revelam de forma persuasiva a impossibilidade de que as representações exemplificadas possam atender às cláusulas que caracterizam uma representação compreensiva. Ao que parece então, o modelo aplicado pelos estoicos para identificar com segurança os atributos sensíveis dos objetos não pode ser aplicado também para identificar se um objetivo é nobre ou vil, ou se uma ação deve ou não ser realizada. Uma das consequências da impossibilidade descrita é que a representação compreensiva não pode exercer o papel de critério moral.

Tad Brennan é um intérprete que se coloca em uma posição oposta à de Braicovich, e defende a possibilidade da representação compreensiva não sensível. A principal argumentação de Brennan recorre ao debate já citado entre os estoicos e os cétricos acerca da infalibilidade do sábio. Segundo esse comentador, no estoicismo a infalibilidade do sábio não pode estar restrita ao campo do conhecimento, mas deve ser também moral, e as condutas no campo da moralidade implicam que o sábio dê assentimento a uma série de representações que não estão relacionadas diretamente a percepção sensível. Uma perfeição moral demanda, então, que todos os assentimentos às representações morais estejam corretos, e, considerando que os estoicos colocam a representação compreensiva como a única garantia da infalibilidade do sábio no campo epistêmico, é provável que no âmbito da moralidade a perfeição do sábio seja garantida pelo mesmo tipo de representação, mas com um conteúdo moral. A partir de considerações como essas, Brennan conclui que a coerência da tese estoica acerca da perfeição do sábio depende da existência de representações compreensivas não sensíveis (BRENNAN 1996, p.324-325).

As lições de Epicteto servem para defender ambas as posições exemplificadas por Braicovich e Brennan. Se, por um lado, a presença de duas¹⁴ passagens que dão margem para a interpretação de que o filósofo admite o acontecimento de representações compreensivas morais podem ser utilizadas para justificar a posição que defende a existência desse tipo de representação, por outro lado, o fato de serem apenas dois fragmentos passíveis de interpretações diversas pode servir para embasar a defesa de que não existem representações compreensivas morais. Na próxima seção, as passagens aludidas serão abordadas mais detidamente, com a finalidade de concluir a discussão levantada e de averiguar se a representação compreensiva pode ou não ser o critério moral de aplicação das pré-noções.

2.5 A representação compreensiva em Epicteto

¹⁴ *Diatribes*. III.8.5 e *Encheiridion*. 45. A terceira passagem, aludida na nota anterior, em que Epicteto faz uma referência direta à representação compreensiva, presente na *Diatribes* IV.4.13, parece não exercer um papel relevante na discussão levantada aqui, por não fazer menção ao conteúdo do tipo de representação em questão.

Um dos fragmentos em que Epicteto se refere à representação compreensiva encontra-se no *Encheiridion*, em uma passagem em que o filósofo discute sobre o modo como se deve avaliar moralmente uma determinada conduta.

Alguém se banha de modo apressado: não digas que ele <se banha> de modo ruim, mas de modo apressado. Alguém bebe muito vinho: não digas que ele <bebe> de modo ruim, mas que <bebe> muito. Pois, antes de discernir a opinião dele, como sabes que ele <age> de modo ruim? Assim, não ocorrerá que apreendas as representações (*phantasiai*) compreensivas de umas coisas e dêes assentimento a outras. (*Ench.* 45)

Ao comentar esse trecho, Simplício sugere que o mesmo representa uma advertência que denuncia os julgamentos precipitados. A fim de não cometer o erro condenado pelo filósofo é necessário tomar a seguinte precaução: julgar uma ação alheia apenas quando se tiver conhecimento da opinião que a motivou. Posto isso, até que se tenha um discernimento claro sobre o objetivo que está na mira do agente, deve-se restringir a avaliação à mera percepção sensível do modo como a ação é empreendida, sem formular nenhum juízo de valor sobre a mesma. (SIMPLÍCIO, Lemma LXIII). O comentador ressalta ainda que um banho rápido pode ter finalidades terapêuticas para insônia ou outras enfermidades, e, de modo semelhante, um consumo elevado de vinho pode ser apropriado em circunstâncias climáticas particulares e também para o tratamento de determinadas doenças (SIMPLÍCIO, Lemma LXIII). De acordo com essa interpretação, a ação deve ser considerada correta quando o propósito for louvável, mesmo que pareça inadequada à primeira vista.

O procedimento descrito acima implica que o efeito seja julgado através da sua causa, pois toda ação é causada pela opinião sobre o que é mais vantajoso. “Em todos os casos, a opinião (*dogma*) é a causa da ação.” (*Diss.* III,9,3). Como abordado anteriormente, o poder de determinar as ações, exercido pela opinião sobre o que é o bem, é o resultado da existência de uma inclinação natural para a busca da própria satisfação. Nesse contexto, a escolha por um propósito revela a formação da opinião de que sua consecução representará a conquista efetiva de um bem. Por conseguinte, avaliar corretamente o valor de uma ação equivale a avaliar uma determinada opinião sobre o bem.

Ao citar o conceito de representação compreensiva no fragmento em destaque, Epicteto não parece estar atribuindo nenhum conteúdo moral a mesma, pois está se

referindo à constatação estritamente sensível do modo como um indivíduo exerce suas ações. De fato, essa é a interpretação presente no comentário de Simplício que descreve a representação compreensiva como sendo a “percepção de como um conjunto de coisas aparece” (SIMPLICIO, 129, 1.40-130,1.20). No exemplo em questão, o conjunto de coisas percebidas consiste na maneira como o indivíduo se banha, sendo assim, essa percepção pode ser compreensiva, mas não a avaliação de que essa maneira é perniciosa. De forma semelhante, Pierre Hadot, ao comentar esse mesmo fragmento, define a representação compreensiva como aquela que não acrescenta nada ao que foi percebido pelos sentidos (HADOT, 2009 p. 110-1). Segundo esses comentadores, portanto, o fragmento citado endossa a tese de que a ocorrência da representação compreensiva se encontra restrita ao campo da percepção sensível. Essa interpretação parece ser reforçada também na citação seguinte:

“Seu filho morreu”. O que aconteceu? Seu filho morreu. Nada mais? Nada.
 “O navio afundou”. O que aconteceu? O navio afundou. “Enviaram você para a prisão”. O que aconteceu? Enviaram você para a prisão. A observação de que “as coisas estão más para você”, cada um adiciona voluntariamente.
 (Diss. III.8.5)

Epicteto ressalta nesse fragmento que os acontecimentos não carregam nenhum valor moral intrínseco. Estes são adicionados deliberadamente pelos indivíduos. Conforme essa abordagem, uma representação compreensiva que expresse com exatidão um acontecimento deverá ser um enunciado que descreve apenas os fatos sem nenhuma predicação moral. Com o propósito de enfatizar o caráter desse tipo de representação, Pierre Hadot traduz *phantasia kataleptiké* por representação objetiva. O intérprete reconhece que esta não é a tradução mais precisa etimologicamente, no entanto é a que indica com maior fidelidade o que seria uma representação compreensiva, enquanto uma descrição objetiva, moralmente neutra, dos acontecimentos (HADOT, 2014, p. 150).

O próximo trecho a ser analisado é o mais aludido como uma suposta confirmação da hipótese de que Epicteto defendia a possibilidade da representação compreensiva moral.

Assim como nos exercitamos nas questões sofisticadas, deveríamos nos exercitar todos os dias nas representações. Também elas nos colocam questões: “morreu o filho de fulano”. Responde: “está fora do campo da escolha (*prohairesis*): não é um mal”. “Fulano foi deserdado pelo seu pai”. O que pensa sobre isso? “Está fora do campo da escolha: não é um mal”. “César

o condenou”. “Fora do campo da escolha: não é um mal”. “Por esse motivo se entristeceu”. “Está no campo da escolha: é um mal”. “Ele o suportou nobremente”. “Está no campo da escolha: é um bem”. Caso adquiramos esse hábito, progrediremos. Pois nunca daremos assentimento a menos que tenhamos uma representação compreensiva. (*Diss. III.8.1-4*)

A reflexão acima consiste em uma prescrição apresentada por Epicteto direcionada ao cultivo da disciplina do exercício diário nas representações, tal qual se cultiva o exercício nas questões sofisticadas. A semelhança, apontada pelo filósofo, entre os sofismas e as representações reside no fato destas também nos colocarem questões. Quanto ao teor dessas questões, é preciso deduzi-las das respostas formuladas para as mesmas, uma vez que Epicteto não apresenta nenhuma frase interrogativa entre os exemplos de representação fornecidos. Sendo assim, da resposta para a representação “morreu o filho de fulano”, expressa no seguinte enunciado: “está fora do campo da escolha: não é um mal”, é possível deduzir que a questão colocada pela representação é a seguinte: “a morte do filho de fulano é um mal?”. Por meio da análise das outras respostas, constata-se que as demais questões colocadas pelas outras representações são relativas também à pergunta sobre se uma determinada coisa é um bem ou um mal. As respostas revelam também que a condição para que algum acontecimento seja classificável moralmente é o fato de estar no campo da escolha, ou seja, estar sob nosso encargo.

A partir das observações é possível deduzir que Epicteto sugere dois contextos em que dar assentimento é permitido: i) diante de uma representação que expressa apenas um acontecimento sem adicionar ao mesmo nenhum juízo de valor, e ii) diante de uma representação que atribui juízo de valor ao modo como se reage a um determinado acontecimento. Contudo, no final da citação, o filósofo afirma que proceder de acordo com sua orientação equivale a dar assentimento somente na presença de representações compreensivas. A conclusão que parece óbvia é a de que ambos os contextos aludidos acima apresentam representações compreensivas. Considerando que esse seja o caso, tendo em vista que o segundo contexto apresenta uma representação moral, então é possível supor que, na visão de Epicteto, as representações morais podem ser compreensivas. Essa é de fato a suposição assumida por Pavle Stojanovic, (STOJANOVIC, 2014, p. 169).

No entanto, outra forma de interpretar o fragmento em questão defende que a observação acerca da representação compreensiva se aplica apenas ao primeiro

contexto. Essa interpretação pressupõe a impossibilidade de atribuir a uma representação moral o mesmo grau de clareza e evidencia que caracteriza a representação compreensiva e a torna capaz de revelar de modo indubitável a realidade das coisas. Caso essa atribuição fosse possível, então não seria necessária nenhuma reflexão antes de dar assentimento a uma representação moral que fosse compreensiva. No entanto, parece claro na citação que Epicteto defende a necessidade de se empreender uma investigação acerca do conteúdo da representação moral antes de lhe dar o assentimento. Nesse sentido, seria mais apropriado supor que quando o filósofo se refere às representações compreensivas está se referindo apenas às representações moralmente neutras.

Essa última possibilidade interpretativa segue a mesma linha dos comentários formulados tanto por Simplício quanto por Pierre Hadot para a passagem do *Eincheridion*, abordados no início da presente seção. No caso citado, os intérpretes constataam que para assentir corretamente a uma representação moral que atribui valor a uma ação particular é necessário empreender o escrutínio acerca da opinião que mobilizou a ação, e chegam à conclusão de que as representações compreensivas se encontram restritas ao campo do que é percebido pelos sentidos. Considerando a semelhança entre as duas citações analisadas, parece razoável que exista uma correspondência entre as interpretações das mesmas.

Tendo em vista as análises das passagens acima e a escassez do aparecimento do conceito de representação compreensiva em Epicteto, não parece possível encontrar evidências fortes o bastante para justificar que esse tipo de representação deva conter conteúdos morais. Posto isso, a probabilidade de que a representação compreensiva possa cumprir o papel de critério moral fica ainda mais remota. Ademais, as práticas recomendadas pelo filósofo para o aprimoramento moral não estão restritas à prescrição de negar o assentimento para representações não compreensivas. Exercícios, como o retorno da atenção para o interior, a seleção de pré-noções adequadas para cada situação particular, ou o exercício da substituição de desejos impróprios por desejos em conformidade com a natureza, não parecem demandar nenhuma consideração particular acerca das representações compreensivas.

A questão investigada neste capítulo foi suscitada pelo artigo de Stojanovic, no qual se encontra a hipótese de que as representações compreensivas morais podem

ocupar o lugar de critério moral. No entanto, no decorrer da investigação foram se revelando algumas dificuldades associadas à hipótese levantada e à necessidade de buscar um novo candidato. Sendo assim, no próximo capítulo será investigada a possibilidade de que o critério moral corresponda a uma composição formada por pré-noções selecionadas e articuladas racionalmente.

Capítulo 3

A articulação das pré-noções como critério moral

A analogia proposta por Epicteto em algumas de suas lições entre os critérios morais e os instrumentos de medição, como a balança, parece ter um significado mais extenso do que a mera constatação de que um critério moral representa um meio de aferição, semelhante aos artefatos de mensuração. A analogia talvez também possa ser interpretada como uma referência à maneira como esses instrumentos são confeccionados por meio de uma ação humana criativa. Pelo menos é o que parece indicar o seguinte fragmento em que o filósofo aborda o conflito entre opiniões divergentes acerca dos atos piedosos:

“Portanto, a opinião de cada um não é suficiente para que assim seja. Pois também no caso de pesos e medidas não basta a simples aparência, mas inventamos certo padrão para testar cada caso. E no presente caso, não haverá nenhum padrão superior a opinião? Como será possível que aquilo que é mais necessário entre os homens não possa ser definido e descoberto? Portanto, deve ser possível. E por que não o buscamos e o inventamos e, uma vez que o tenhamos inventado, o seguimos daí por diante, utilizando-o sem transgressões e não movendo um dedo sequer sem o mesmo. (*Diss. II.11.15-17*)

De acordo com a citação, o critério moral não é algo que se apresente de modo indubitável ao agente, tal qual uma representação compreensiva, mas sim algo que deve ser buscado e até mesmo inventado. De forma semelhante ao modo como a necessidade de superar os conflitos entre as opiniões sobre o peso dos objetos levou a razão humana a inventar a balança, também deve-se inventar um critério moral para colocar um termo nas divergências acerca dos valores morais. Epicteto enfatiza então que uma vez que se tenha esse critério à mão, deve-se permanecer fiel ao mesmo em todas as circunstâncias.

Isso acredito que uma vez inventado apazigua as loucuras daqueles que adotam somente as opiniões como medida para tudo, para que, em seguida, a partir de certas coisas conhecidas e bem examinadas lancemo-nos a utilizar pré-noções sistematizadas nos casos particulares. (*Diss. II.11.18*)

A passagem supracitada, que sucede o fragmento anterior, sugere que a insensatez de deixar-se guiar pelas aparências é apaziguada pela invenção do critério moral, e, a partir de então, em cada caso particular serão utilizadas pré-noções

sistematizadas. Uma possibilidade de interpretação da citação acima sugere que o próprio critério a ser inventado consiste em um sistema de pré-noções. Em diversas passagens das *Diatribes*, o critério moral é identificado com aquilo que deve ser utilizado como parâmetro para avaliar moralmente os casos particulares, e, no trecho em questão, Epicteto expressa que aquilo que deve ser empregado, nesses casos, é um sistema de pré-noções. Assim sendo, o procedimento que deve ser mantido em todas as circunstâncias, para superar a insensatez de ser conduzido pelas aparências, é recorrer à pré-noções sistematizadas com a finalidade de realizar avaliações morais dos casos particulares em conformidade com a natureza.

Se a interpretação proposta estiver correta, então pode-se considerar que as peças que compõem a balança moral, ou o artefato para aferição dos valores morais, são as pré-noções. Isto é, diante dos conflitos entre opiniões morais distintas, deve-se buscar as pré-noções para compor um instrumento que possa ser confrontado com a situação objetiva e revelar o valor moral desta. Sobre o método a ser adotado para selecionar as pré-noções a serem articuladas e aplicadas aos contextos particulares, Epicteto parece indicar que é uma competência conquistada por meio da experiência, ou seja, “a partir de certas coisas conhecidas e bem examinadas” (*Diss. II.11.18*).

O filósofo de Nicópolis sugere uma analogia entre a moralidade e a medicina que reforça a interpretação aventada aqui. Segundo Epicteto, o que ocorre no campo das avaliações morais se dá de modo semelhante nas questões relacionadas à medicina. A semelhança pode ser descrita da seguinte forma: de modo análogo ao que ocorre no âmbito dos conceitos morais, todos os seres racionais possuem pré-noções sobre a saúde, pois mesmo aqueles que nunca ouviram falar em Hipócrates têm ideias gerais sobre a saúde e a doença. No entanto, a capacitação para aplicar essas noções mais gerais de forma adequada para cada enfermidade demanda esforço e um amplo treinamento dedicados à análise dos casos particulares (*Diss. II.17.8,9*). Através da analogia pode-se concluir que a formulação de um sistema de pré-noções para avaliar moralmente os casos concretos também requer experiência acompanhada de reflexão. Como afirma o filósofo: “não é possível aplicar as pré-noções às circunstâncias particulares correspondentes sem articulá-las e sem estudar qual circunstância deve-se submeter a cada uma delas.” (*Diss. II.17.7*).

O papel determinante da experiência na constituição do critério moral aponta para o lugar central que o hábito deve ocupar nesse processo. Uma vez que a

proficiência no método empregado para formular e aplicar o critério de avaliação, tanto na medicina quanto na moral, é resultado direto do cultivo de um hábito correspondente. Nessa perspectiva, Epicteto formula o seguinte paralelo entre o fortalecimento do corpo e o fortalecimento da alma: de modo semelhante como as respostas do corpo tornam-se mais rápidas e precisas através da repetição dos exercícios físicos, a frequência do exercício de recorrer às pré-noções, testando, identificando e sistematizando aquelas que se adequam a cada situação promovem gradativamente respostas mais rápidas e eficazes de acordo com a natureza (*Diss.* II.18.3-6). O sedentarismo, por sua vez, atua sobre o corpo, tornando-o cada vez mais lento e débil, da mesma forma com que a recorrência de uma postura desleixada e permissiva nas avaliações morais torna a alma cada vez mais susceptível ao erro. Um dos exemplos apresentados pelo filósofo de Nicópolis a fim de demonstrar esse paralelo é o da ganância.

“Assim (através do hábito), dizem os filósofos que também, seguramente, vão-se germinando as fraquezas. Pois se em apenas uma vez que surja a ânsia pelo dinheiro, se aplique a razão para trazer a percepção do mal, a ânsia é interrompida e nosso princípio diretor (*hegemonikon*) se restabelece em sua posição inicial. Caso não se aplique nada como remédio, já não será possível voltar a ser o mesmo, pelo contrário, quando for excitado de novo pela representação (*phantasia*) correspondente, o desejo será aceso ainda mais rapidamente. E se isto sucede com frequência, depois se consolida a fraqueza que reforça a avareza.” (*Diss.* II.18.8-10)

O desejo excessivo pelo dinheiro corresponde ao assentimento à representação cujo conteúdo afirma que a riqueza é algo valoroso em si mesma. De acordo com o trecho citado, se, após o impacto inicial dessa representação, for aplicado o critério moral para avaliar o seu conteúdo, então o assentimento será negado e o desejo superado. Ao proceder dessa forma, a alma sai fortalecida e restabelece seu estado de ânimo inicial, anterior a afecção da representação. Caso esse método não seja empregado, então a alma não consegue retornar ao estado inicial, tornando-se fraca e cada vez mais vulnerável à influência das representações.

Ainda explorando a analogia entre a alma e o corpo, e ressaltando a centralidade do hábito para o desenvolvimento de ambos, Epicteto afirma que “caso você se habitue a exercitar-se dessa forma, verá que ombros conquistará, que tendões, que vigor; por ora o que tem são argumentos minúsculos e nada mais.” (*Diss.* II.18.24-26). Nesse fragmento, o hábito a que o filósofo se refere é precisamente o de refletir sobre as representações antes de lhes dar assentimento e substituir aquelas

que forem identificadas como impróprias por outras mais belas e mais nobres. O fortalecimento da alma que resulta do hábito descrito é ilustrado metaforicamente pelo fortalecimento dos membros do corpo.

3.1 Dois exemplos da formação do critério moral

Na presente seção serão analisados dois exemplos da aplicação das pré-noções com o propósito de ilustrar o modo como Epicteto entende o processo de articulação das pré-noções e do exame das circunstâncias particulares. O primeiro exemplo se refere à aplicação de pré-noções acerca da afetividade e da racionalidade com a finalidade de avaliar a opinião moral de um pai que se afastara de sua filha enferma para evitar o sofrimento de presenciar a dor da menina. O segundo consiste na aplicação de pré-noções que dizem respeito às características do bem, a fim de avaliar se o prazer pode ser classificado corretamente como um bem.

O exame empreendido no diálogo entre o filósofo e o pai desorientado inicia-se com um questionamento sobre quais critérios são apropriados para classificar os atributos sensíveis dos objetos.

- Se inquiríssemos sobre as coisas brancas e negras, qual critério nós usaríamos para julgá-las?
- A visão –disse <o outro>.
- E se <inquiríssemos> sobre as coisas quentes e frias, e as duras e moles, qual seria o critério?
- O tato.
- Portanto, quando discutimos sobre coisas que acontecem segundo a natureza e sobre se ocorrem corretamente ou não corretamente, qual critério tu desejas que usemos? (*Diss. I.11.9,10*)

A resposta para as questões levantadas é que os critérios são os próprios sentidos. Sendo assim, para identificar as cores dos objetos o critério adequado é a visão, e no caso dos atributos da temperatura e da consistência o critério deve ser o sentido do tato. A partir dessas observações, Epicteto passa a questionar sobre o critério moral, aquele que deve ser empregado para identificar o que é correto ou o que se encontra em conformidade com a natureza. Considerando a analogia com os sentidos, é possível supor que o critério deve ser o próprio instrumento que é o meio pelo qual se dá a identificação dos valores morais. Esse meio é a razão, e, conforme

abordado no capítulo anterior, a mesma pode ser descrita como um sistema de representações e pré-noções.

Na sequência do diálogo, Epicteto não responde de modo explícito à pergunta que formulara e passa diretamente a investigar a opinião do pai, o que é um indício de que o filósofo preferiu responder demonstrando um exemplo prático de aplicação do critério moral. A opinião que deve ser submetida ao critério é aquela que afirma que a atitude de afastar-se da filha com o propósito de evitar a dor de vê-la sofrer está em conformidade com a natureza. Por essa razão, o filósofo iniciou o exame da opinião levantando algumas pré-noções acerca do que está de acordo com a natureza.

- A afeição te parece ser segundo a natureza <e boa>?
- E como não seria?
- E então? A afeição te parece ser segundo a natureza <e boa>, mas o que é racional (*eulogiston*) não?
- De modo algum.
- Portanto não há conflito entre o que é racional e a afeição?
- Parece-me que não.
- Caso contrário, se estivessem em conflito, <seria> necessário que uma <coisa> fosse segundo a natureza e a outra contra a natureza, não é?
- Sim, disse <o outro> (*Diss. I.11.17,18*)

As duas pré-noções que são propostas pelo filósofo podem ser descritas nos seguintes termos: i) “a afeição é conforme a natureza”, o que implica que agir imbuído pela afetividade é algo bom; ii) e “a racionalidade é conforme a natureza”, ou seja, agir pautado pela razão é bom. A partir do postulado que afirma que as pré-noções devem ser coerentes entre si, Epicteto conclui que se a afetividade e a racionalidade estão em conformidade com a natureza, não podem entrar em contradição, ou seja, para admitir que uma ação seja realmente mobilizada pela afetividade, ela deve ser também racional.

O próximo passo proposto pelo filósofo de Nicópolis foi uma investigação destinada a avaliar se a conduta adotada pelo pai poderia ser classificada como racional. De acordo com Epicteto, atribuir racionalidade a um comportamento equivale a julgá-lo adequado para ser adotado por todos os seres racionais que estejam em circunstâncias semelhantes.

– E então? Não é desigual (*anisos*) e insensato (*agnomon*) que o que é pensado condizente para si em nome da afeição, isso mesmo não conceda aos que sintam ternura de modo semelhante?

– Absurdo (*atopon*)!

– Pois vamos: estando tu doente, desejarias serem de tal maneira afetuosos os que têm relação contigo, tanto os outros quanto teus próprios filhos e tua mulher, de modo que fosses por eles deixado sozinho e solitário?

–De modo algum.

– Poderias desejar que os teus sentissem afeto por ti desse modo, para que, pela enormíssima afeição deles, tu fosses deixado só nas doenças? Ou, pela mesma razão, se fosse possível, dirias que teus inimigos sentem ternura por ti, porque és abandonado por eles? Se as coisas assim o são, conclui-se que de modo algum quem age assim é alguém que sente afeto. (*Diss. I.11.24-6*)

O núcleo do argumento que termina por convencer o pai de que sua ação não era adequada talvez possa ser descrito da seguinte forma: uma conduta só pode ser considerada racional e afetuosas caso deva ser adotada em outras circunstâncias similares como expressão de afetividade. Uma vez que o pai concordou com essa cláusula, mas não podia admitir que a conduta que tinha adotado em relação à própria filha devesse ser também adotada em relação a ele mesmo, por ocasião de ser acometido por uma enfermidade, por aqueles com quem tinha uma relação de afetividade, teve, portanto, que aceitar a conclusão de que sua ação foi incorreta e em desacordo com a natureza. Tendo em vista que, se a ação não era nem afetuosas nem racional, jamais poderia ser classificada como estando em consonância com a natureza.

O exemplo do diálogo apresentado aborda diretamente a questão do critério moral, sem fazer qualquer menção à representação compreensiva, e emprega uma investigação que leva a duas constatações: i) o critério utilizado para avaliar moralmente a opinião do pai foi uma combinação de duas pré-noções sobre o que está em conformidade com a natureza, e ii) o critério formulado deve ser apropriado para utilização em todas circunstâncias semelhantes aquela descrita no diálogo, pois não é razoável empregar balanças desiguais para avaliar valores em contextos similares.

No segundo exemplo a ser tratado, a pergunta que ocupa o centro da investigação questiona se o prazer presente pode ser identificado com um bem em si mesmo. Epicteto inicia o escrutínio recorrendo à analogia entre um critério moral e uma balança, e sugere colocar o prazer sobre a balança para medir o seu valor real. As balanças apresentadas pelo filósofo são proposições que representam algumas

pré-noções sobre o bem. Se ao confrontar o conteúdo dessas proposições com as características do prazer não houver uma correspondência, então deve-se descartar a opinião que o identifica com o bem.

- Que matéria nos cabe investigar?
- O prazer.
- Submetê-la ao critério, ponha-la sobre a balança. O bem deve ser tal que valha a pena confiar nele e dar-lhe atenção?
- Deve sê-lo.
- Vale a pena confiar em algo inseguro?
- Não.
- Por acaso o prazer é seguro?
- Não.
- Então pegue-o e jogue-o fora da balança e expulse-o para muito distante da região dos bens. E se não tens boa visão e uma balança não é o bastante, traz outra: vale a pena ficar exaltado pelo bem?
- Sim.
- Vale a pena ficar exaltado pelo prazer presente? Veja, não digas que vale a pena; de outro modo já não te considerarei digno sequer da balança.

Assim se julgam e pesam os assuntos: depois de dispor os critérios; e nisso consiste o filosofar, em observar e assegurar os critérios; e logo, o servir-se do conhecido é tarefa do homem bom e honrado. (*Diss.* II.11.19-25)

Conforme o trecho citado, a aplicação da pré-noção do bem ao prazer deve ser coerente com as seguintes proposições: “o bem é algo digno de confiança e de atenção”, e “o bem é algo pelo qual vale a pena exaltar-se”. Embora Epicteto não faça uma referência explícita às pré-noções, existe uma semelhança evidente entre os enunciados descritos acima e os exemplos de pré-noções apresentados pelo filósofo em outra lição que, por exemplo, afirmam que o bem é preferível, valioso e desejável (*Diss.* I.22.1).

Ao propor a primeira balança, representada pela pré-noção acerca da confiabilidade do bem, o filósofo sugere que apenas o que for seguro é digno de confiança. Sendo assim, a pré-noção em questão poderia também ser expressa no seguinte enunciado “o bem é algo seguro”. A partir do dado empiricamente constatável de que o prazer é impermanente e instável, e da existência de uma alternância contínua entre sensações como o prazer e a dor, determinada por causas que frequentemente fogem a qualquer controle do indivíduo, deve-se concluir que não há segurança alguma no prazer, e que, portanto, este não pode ser um bem.

Se porventura a primeira análise não for suficiente, Epicteto sugere uma outra balança que consiste na pré-noção de que o bem é algo digno de exaltação. O filósofo então pressupõe que seu interlocutor concorda que seria um absurdo supor que deve-se ficar exaltado diante do prazer. Provavelmente a efemeridade do prazer, que já havia sido constatado na primeira balança, implique também que o mesmo não deva ser causa de nenhuma exaltação. Chega-se a conclusão assim, que aquilo que deve incitar um estado de exaltação deve ser também o que é digno de confiança, e ambos são atributos do bem. Tendo em vista que o prazer não atende aos requisitos formulados, o mesmo não pode ser identificado com o bem.

O procedimento descrito acima é comumente aplicado por Epicteto para concluir que o bem ou o mal devem ser coisas que estejam sob nosso encargo, pois somente o que se encontra nesta categoria pode ser preservado com segurança ou evitado definitivamente. Sendo assim, a ponderação sobre o que está sob nosso encargo parece ser o exemplo paradigmático de critério moral formado a partir das pré-noções proposto pelo filósofo de Nicópolis.

3.2 O modelo de aplicação das pré-noções

A distinção entre o que se encontra e o que não se encontra sob nosso encargo ocupa um lugar central no pensamento de Epicteto, pois é o critério que define o que é passível de valoração moral e o que está fora deste âmbito. Segundo esse pensamento, somente o que estiver sob nosso encargo pode ser classificado como algo bom ou mal, e tudo o mais que estiver localizado além dos limites do nosso encargo deve ser classificado como indiferente. Nesse contexto, talvez fosse mais preciso definir a discriminação sobre o que está sob nosso encargo como a condição de possibilidade de aplicação de um critério moral e não propriamente como um modelo desse tipo de critério. No entanto existem pelo menos dois motivos que parecem razoáveis para identificar a distinção em questão como um critério moral nela mesma.

O primeiro motivo é que a assertiva de que apenas o que está sob nosso encargo pode ter valor moral não corresponde a uma pré-noção, mas é uma consequência da articulação de algumas pré-noções, tais como a que afirma que o bem deve ser algo confiável e seguro, ou a que declara que o mal deve ser algo que

pode ser evitado. A combinação de pré-noções como estas leva a conclusão de que as características associadas ao bem e ao mal só podem ser atribuídas adequadamente ao que está sob nosso encargo. Deste modo, a formação do critério em questão parece seguir o mesmo padrão da formação do critério moral, conforme a hipótese levantada nesse estudo.

A segunda razão é que, segundo Epicteto, o que pode ser propriamente avaliado moralmente são as opiniões (*Ench.* 45) e o método adequado para proceder essa avaliação certamente passa pelo discernimento sobre se as mesmas levam em conta a distinção acerca do que está sob nosso encargo. Nessa perspectiva, as opiniões morais que não consideram o critério do que está sob nosso encargo estão fadadas ao erro. Esse equívoco configura a raiz dos vícios, tendo em vista que, segundo a doutrina estoica, tanto as emoções, quanto os desejos, e as ações são determinadas pelas opiniões¹⁵.

Um dos erros mais comuns, que é citado constantemente pelo filósofo de Nicópolis, consiste na avaliação de que a morte é algo mal. A disseminação dessa falha de julgamento está associada à força do impacto causado pela representação da morte, que incita uma avaliação precipitada e pouco refletida. Nesse contexto Epicteto orienta que:

Contra o carácter persuasivo das coisas, devemos ter pré-noções claras (*enarges*), polidas (*esmegmenas*) e à mão. Quando a morte se afigurar como um mal, <devemos> ter à mão que convém evitar as coisas más e que a morte é necessária. (*Diss.* I.27.6,7)

De acordo com o trecho em destaque, a presteza em acessar às pré-noções claras e refinadas é uma condição essencial para lidar apropriadamente com as representações persuasivas. Certamente, o hábito de recorrer às pré-noções e de refletir sobre os contextos em que se deve aplicá-las é o que garante a capacidade necessária para reagir com celeridade ao impacto das representações. No exemplo aludido na citação, a pré-noção que deve ser acessada rapidamente faz referência ao mal e afirma que as coisas más devem ser evitadas. Ao confrontar a pré-noção com o fato de que a morte não pode ser evitada, deve-se inferir que a mesma está fora da

¹⁵ Segundo Tad Brennan os estoicos consideravam quatro emoções (*pathos*) fundamentais, desejo, medo, prazer e dor, e definiam as duas primeiras da seguinte forma: “desejo é a opinião de que alguma coisa futura é um bem de tal ordem que devemos buscá-la; medo é a opinião de que alguma coisa futura é um mal de tal ordem que devemos evitá-la.” (BRENNAN, 2010, p. 100)

categoria das coisas más. A conclusão inevitável é que somente o que se encontra sob nosso encargo pode ser um mal.

Vale ressaltar que o fato de estar sob nosso encargo não implica que já se tenha o controle completo do que se encontra nessa categoria, mas apenas a existência da possibilidade, dada pela natureza, de desenvolver um domínio total sobre o mesmo. Haja vista que boa parte das opiniões adotadas e conseqüentemente das ações realizadas pelos seres racionais são reações irrefletidas. Por outro lado, estar fora no nosso encargo implica que o objeto em questão nunca poderá ser submetido a um controle completo.

Conforme citado no capítulo anterior, o que está sob nosso encargo é a escolha (*prohairesis*) e as atividades que envolvem a escolha, ou seja, o assentimento, o impulso e o desejo (*Diss.* I.22.10). Sendo assim, a única coisa que pode ser admitida como um bem é uma escolha forte e em conformidade com a natureza, e o que pode ser reconhecido como um mal é o oposto disso, ou seja, uma escolha fraca e em dissonância com a natureza. Nessa perspectiva, no final do primeiro volume das *Diatribes* encontra-se a seguinte assertiva: “A essência do bem é uma capacidade de escolha de certa qualidade. <A essência> do mal é uma capacidade de escolha de certa qualidade” (*Diss.* 1.29.1). Uma escolha de boa qualidade pressupõe que suas atividades sejam virtuosas, ou melhor, que o assentimento seja dado somente ao que é verdadeiro, o desejo direcionado somente ao que de fato é um bem, e o impulso voltado apenas para ações adequadas.

Tudo que é externo à escolha cumpre a função de instrumento para o seu aperfeiçoamento. Segundo Epicteto, qualquer objeto ou circunstância, independentemente do que seja, pode ser convertido em um expediente para o fortalecimento da escolha. “Então o que são as coisas externas? Materiais para a capacidade de escolha que, segundo seu comportamento quanto a elas, construirá seu próprio bem ou mal.” (*Diss.* 1.29.2). Esses materiais são classificados como indiferentes por não poderem ser qualificados exatamente como um bem ou um mal.

Embora empregue o termo “indiferente”, Epicteto não prescreve uma indiferença absoluta em relação a tudo que não seja a escolha, pois os indiferentes possuem um valor relativo, decorrente do seu potencial de ser uma ferramenta tanto para o aperfeiçoamento quanto para o declínio da escolha. Destarte, o filósofo de Nicópolis afirma que embora a vida seja um indiferente, o que se faz da mesma não

o é (*Diss.* II.5.1), e traça uma analogia entre os indiferentes e a bola utilizada em um determinado esporte.

Verás que os que jogam bola bem procedem da seguinte forma: nenhum deles se importa com a bola como um bem ou um mal, mas se preocupam em lança-la e recebe-la. Nisso reside a harmonia e a arte, a rapidez e a maestria, quando eu, sem precisar alongar o tronco posso alcança-la, e, quando eu a lanço, o outro pode pega-la. Porém, se a recebemos ou lançamos com inquietude e medo, que jogo haverá? Como poderá alguém manter a calma? Como verá na jogada uma continuação? Mas alguém me dirá “lança”, outro “não lance alto”. Isso é uma luta e não um jogo. (*Diss.* II.5.15-17)

A imagem sugerida pelo filósofo indica que os indiferentes não são objetos dispensáveis, tendo em vista que sem uma bola o jogo não é possível. Ainda assim, a importância da bola é somente relativa, pois depende da sua utilização pelos atletas. De forma semelhante, os indiferentes são indispensáveis, mas sua relevância deriva do seu emprego enquanto instrumentos para o desenvolvimento das virtudes da escolha.

É possível depreender do fragmento anterior que a harmonia e beleza do jogo estão relacionadas diretamente ao entrosamento da equipe, que é mediado pela bola, mas que demanda de cada atleta o exercício de uma perspectiva mais ampla que coloca o sucesso da equipe acima do seu desempenho individual no manejo da bola. Segundo Epicteto, o cultivo de uma visão abrangente é uma atitude em consonância com a natureza pois, como afirma o filósofo, “em geral, também Zeus forneceu ao animal racional uma natureza tal que este não pode obter nenhum dos bens que lhe são próprios se não oferecer algum benefício a todos.” (*Diss.* I.19.13, 14). Ao que tudo indica, portanto, o exercício adequado da racionalidade conduz inevitavelmente a um ponto de vista menos mesquinho que entende todos os acontecimentos particulares como oportunidades para o desenvolvimento das virtudes, e manifesta a compreensão das consequências necessárias da noção estoica de que a humanidade é uma parcela de um cosmos ordenado pela razão divina. Epicteto ilustra essa perspectiva por meio de uma analogia com as partes de um corpo.

“Pois no caso do pé, considerarei conforme a natureza que este esteja limpo, porém se o consideramos como pé e não como absoluto lhe caberá andar no barro e pisar em espinhos, e, eventualmente, até ser amputado em benefício do todo; se não for assim, não seguirá sendo pé. Algo semelhante deve-se pensar sobre nós. O que és? Um ser humano. Caso veja a ti mesmo como algo absoluto, será conforme a natureza viver até a velhice, ser rico, ter saúde. Contudo se vês a ti mesmo como homem e como parte de um todo, em nome desse todo te cabe estar enfermo, bem como lançar-se ao mar,

correr riscos, ficar sem recursos, e, eventualmente, até morrer antes do tempo (*Diss. II.5.24-26*).

Segundo o trecho citado, considerar algo como sendo absoluto corresponde a admitir que o seu conforto e bem-estar sempre estarão em conformidade com a natureza e, portanto, devem ser garantidos a todo custo. No exemplo do pé, caso este seja tomado como absoluto, então não se deve admitir que o mesmo seja submetido a qualquer desconforto, como sujar-se de lama ou pisar em uma superfície espinhosa, mesmo que isso resulte em um benefício para a totalidade do corpo. Por outro lado, se o corpo for considerado como absoluto então o pé deverá sacrificar o seu bem-estar, caso isso seja necessário para beneficiar o corpo, pois estar em conformidade com a natureza favorece sempre o que é absoluto. Na analogia proposta, o corpo representa a totalidade do cosmos, ou a natureza, e o indivíduo corresponde ao pé; sendo assim, o que ocorre a um ser racional individualmente, até mesmo a sua morte, tem uma relevância relativa, ou seja, é importante apenas enquanto um meio para beneficiar o todo, na medida em que possa reforçar a sintonia do indivíduo com a natureza, o que implica a promoção da virtude e o fortalecimento da escolha¹⁶.

Conforme ressaltado em um parágrafo anterior, o filósofo de Nicópolis não recomenda a permanência em um estado de espírito apático e completamente insensível em relação ao que se encontra fora do nosso encargo. Ao tratar sobre a maneira adequada de lidar com os indiferentes, Epicteto tece as seguintes observações:

“Essas coisas deverão ser usadas descuidadamente? De forma alguma, pois isso, por sua vez, é um mal para a escolha e, nesse sentido, contrário a natureza. Porém deve-se fazê-lo ao mesmo tempo com interesse, porque seu uso não é indiferente, mas com equilíbrio e serenidade, porque a matéria é indiferente.” (*Diss. II. 5. 6-8*)

No fragmento acima, o filósofo propõe uma combinação entre duas disposições, o interesse e a serenidade, ou equilíbrio. Uma atitude interessada em relação aos indiferentes se justifica porque o cuidado ao manejá-los é o que determina

¹⁶ O cultivo da perspectiva que situa o indivíduo como parte de um todo mais amplo resulta na expansão dos limites dos interesses próprios, em um processo descrito pelos estoicos como uma apropriação (*oikeiosis*). Até uma certa medida essa expansão é espontânea nos vínculos familiares. Segundo Epicteto, a formação da família, e os consequentes laços afetivos, são processos naturais e, portanto, racionais que atestam que a apropriação (*oikeiosis*) é uma conduta em conformidade com a natureza e, conseqüentemente, com a razão divina.

a qualidade da escolha; a serenidade, por sua vez, se justifica pois o que é indiferente não é bom ou mal em si mesmo, e, portanto, não deve ser objeto de desejo nem de aversão excessivos. Epicteto reconhece a dificuldade em conciliar essas duas disposições, no entanto, identifica essa conciliação como uma condição essencial para a conquista de uma vida feliz e da tranquilidade (*ataraxia*). “É difícil mesclar e atrelar o interesse daquele que se sente afetado pelos materiais e o equilíbrio diante do indiferente, porém não é impossível. Se assim o fosse, seria impossível ser feliz.” (*Diss.* II.5. 9,10). Em outros termos, é possível afirmar que, na visão do filósofo, a tranquilidade ou felicidade só podem ser conquistadas por meio do exercício de um cuidado associado ao desinteresse em relação aos indiferentes.

Nessa condição, o interesse excessivo é a principal fonte de aflições, pois uma vez que não é possível exercer um controle completo sobre os indiferentes, desejá-los ou rejeitá-los com muita intensidade resultará, mais cedo ou mais tarde, na frustração que é o principal obstáculo para a conquista da tranquilidade. Um outro exemplo aludido pelo filósofo para ilustrar a disposição ideal ao lidar com os indiferentes é o do jogo de dados (*Diss.* II.5.1-5). Em uma partida de dados é preciso ser cuidadoso ao lançá-los, contudo sem perder de vista que o resultado não dependerá somente da habilidade pessoal. Mantendo isso em mente, deve-se cultivar o esforço naquilo que se encontra sob nosso encargo, ou seja, jogar habilmente, e permanecer em um ponto médio entre o interesse e o desinteresse, o ponto da tranquilidade.

Efetivamente, o princípio moral prescrito aqui é o da moderação. O que pode ser constatado na seguinte orientação dada por Epicteto a um aluno que estava preocupado com o sofrimento da mãe:

Eu não digo que não tenha que se preocupar com que ela se lamente, mas apenas que não deseje a todo custo aquilo que é alheio. O sofrimento do outro é assunto alheio; o meu, é meu. Portanto, cessarei o meu a qualquer preço, pois depende de mim, enquanto que o alheio tentarei cessar na medida das minhas forças, porém não a todo custo. (*Diss.* III.24.22,23)

A prescrição determina que o filho deve buscar o bem-estar da mãe, mas de modo comedido, pois esse objetivo não depende integralmente do seu esforço, tratando-se, portanto, de um indiferente. Em contrapartida, o verdadeiro bem a ser buscado pelo filho com todo empenho possível é a interrupção do próprio sofrimento alcançada através da harmonização das escolhas com a natureza. Para Epicteto,

cessar o sofrimento equivale a eliminar as frustrações decorrentes da falha em conquistar os objetos dos desejos e da falha em evitar os objetos das aversões. Sendo assim, o modelo de superação das aflições proposto pelo filósofo é o resultado do direcionamento dos desejos e aversões para dentro, o que implica desejar com intensidade somente as virtudes da escolha, e repudiar apenas os vícios que a enfraquecem.

Diante do exposto, pode-se concluir que a distinção entre o que se encontra e não se encontra sob o nosso encargo implica as seguintes prescrições que são fundamentais para o aperfeiçoamento moral. A primeira determina que somente o que está sob nosso encargo pode ser classificado adequadamente como bom ou mal, sendo, respectivamente, objeto do desejo e da aversão; e a segunda afirma que a lida com tudo aquilo que se encontra além do nosso encargo deve ser pautada pela moderação e pelo equilíbrio entre interesse e desprendimento. Essas formulações são conclusões decorrentes da articulação de pré-noções.

O exemplo descrito aqui como paradigmático nas lições de Epicteto parece ser uma descrição razoável do percurso proposto pelo filósofo para uma aplicação correta do critério moral. As análises apresentadas neste capítulo oferecem indicações ao menos plausíveis de que esse critério corresponde a uma associação de pré-noções acessadas por meio da introspecção e adaptadas às circunstâncias particulares através da experiência adquirida a partir da constante reflexão sobre quais pré-noções são apropriadas para cada situação.

Considerações finais

De acordo com Epicteto, o propósito da vida dos seres racionais é conservar a sua alma em um estado permanente de serena tranquilidade, e a filosofia é a atividade própria para a promoção desse estado. Nesse contexto, a filosofia é compreendida enquanto um modo de vida caracterizado pelo cuidado prioritário com a alma, orientado para o seu fortalecimento e o cultivo de uma gradativa independência em relação às circunstâncias externas. O exemplo de vida filosófica mais aludido por Epicteto é o de Sócrates, sobretudo o apresentado por Platão nos primeiros diálogos:

Como os primeiros diálogos de Sócrates de Platão, Epicteto não impõe doutrinas elaboradas a sua audiência. Em vez disso, ele os exorta a tentar se conhecer, praticar o autoexame e descobrir uma fonte de bondade puramente interna, independente de contingências externas, mas capaz de gerar felicidade e integridade pessoais.” (LONG 2002, p. 92)

A tranquilidade é o resultado do exercício da plena autonomia. Segundo o filósofo de Nicópolis, a liberdade é uma condição dada pela natureza às almas racionais, e é o que as define enquanto tal. Assim sendo, Epicteto afirma que nada, nem mesmo Zeus, pode exercer qualquer coerção sobre a faculdade racional (*dynamis logike*) (Diss. I.1.23). Portanto, a condição de independência em relação aos acontecimentos exteriores é uma capacidade inata que precisa ser desenvolvida pela alma. Essa capacidade é designada como escolha (*prohairesis*) e o meio para desenvolver a liberdade que a caracteriza é o uso correto das representações.

O conjunto das orientações presentes nas lições de Epicteto pode ser resumido na prescrição de usar corretamente as representações. De acordo com o filósofo, conforme demonstrado anteriormente, tudo que mobiliza alguma alteração na alma é representação, e o uso desta corresponde à reação adotada como resposta diante da alteração sofrida. Para que as reações sejam adequadas, as representações devem ser avaliadas de modo correto, o que demanda o emprego do critério moral. Em razão disso, o entendimento sobre a natureza desse critério é uma condição necessária para a compreensão do pensamento de Epicteto. Não obstante a relevância central desse tema, a pergunta sobre o que é exatamente o critério moral não encontra uma resposta explícita nas lições do filósofo de Nicópolis. O esboço de uma resposta foi o propósito da presente investigação.

Tendo em vista a clara ênfase no aperfeiçoamento moral apresentada nas reflexões de Epicteto, dentro da perspectiva da filosofia como modo de vida, as principais referências adotadas aqui foram os exemplos práticos, as analogias e as prescrições empregadas pelo filósofo. Com base nisso, a partir das ponderações e análises, chegou-se as seguintes considerações:

A primeira informação constatada foi a existência de uma relação estreita entre o critério moral e as pré-noções. A partir da abordagem prática que Epicteto dedica às pré-noções, evidenciou-se a tese de que as mesmas correspondem a noções inatas, coerentes entre si, compartilhadas por todos os seres racionais, e que associam características gerais aos conceitos morais. Além disso, constatou-se que as mesmas podem ser consideradas como a matéria prima da constituição dos critérios morais.

Apoiado na hipótese levantada, examinou-se o processo de acesso às pré-noções descrito pelo filósofo, e chegou-se à conclusão de que o referido processo consiste em um recuo diante das representações, para amenizar o seu impacto, e na orientação da atenção para dentro. Com base na análise dos termos empregados pelo filósofo para designar a dimensão interior, constatou-se que esta corresponde à alma racional, e que se distingue do exterior pela sua autonomia. Em consequência disso, as coisas exteriores são classificadas enquanto tal por estarem fora do horizonte daquilo que pode ser objeto de deliberação, ou seja, por não se encontrarem sob nosso encargo. Em seguida, a partir da definição estoica que identifica a razão com um sistema composto por representações, concluiu-se que as pré-noções são algumas das representações que constituem a razão.

Após essas considerações sobre as pré-noções, constatou-se que o critério moral pode ser descrito como o critério de aplicação das pré-noções às circunstâncias particulares. Sendo assim, investigou-se a hipótese que sugere que a representação compreensiva moral seja o critério moral. Essa opção foi descartada depois de consideradas as características específicas desse tipo de representação que são as seguintes: i) é relativa a algo que existe de fato; ii) é impressa em completa conformidade com o que é; e iii) apresenta uma evidência tal que a torna inconfundível. A análise das perspectivas de alguns comentadores sobre esse tema, e das passagens em que Epicteto se refere à representação compreensiva revelou a grande dificuldade de associá-la aos conteúdos morais e a consequente

impossibilidade de que a mesma exerça o papel de instrumento eficaz para realizar avaliações morais corretas.

Finalmente, a partir do exame de algumas passagens com orientações práticas, chegou-se a seguinte formulação: o critério moral em Epicteto consiste em uma assertiva formada a partir da articulação de pré-noções adequadas para uma dada situação concreta, que deve ser passível de replicação em situações semelhantes. O processo de construção do critério é comparado pelo filósofo a construção de uma balança cujas peças constitutivas seriam as pré-noções. A maneira correta de empregar o critério demanda a habilidade de selecionar as pré-noções relevantes para cada situação e de articular com outras que sejam eventualmente necessárias. Sendo assim, a proficiência na aplicação do critério moral é resultado da prática, de modo semelhante ao que ocorre na medicina, onde a competência no emprego dos critérios para as avaliações clínicas é conquistada pela experiência.

O hábito revelou-se um elemento essencial no processo de aperfeiçoamento da capacidade de avaliar moralmente, na medida em que a constância em recorrer a um critério moral antes de assentir a uma representação resulta no fortalecimento da alma. E essa força representa a conquista da presteza necessária para articular as pré-noções e oferecer respostas rápidas e adequadas aos problemas morais apresentados pelas circunstâncias objetivas.

Nessa perspectiva, o exercício e o hábito são condições necessárias para a efetivação da liberdade inerente a alma racional. Por essa razão Epicteto observa que “o touro não se torna subitamente touro, nem o ser humano se torna subitamente nobre: é preciso ter passado por um treinamento de inverno (*cheimaskeo*¹⁷)” (*Diss.* I.2.32). O procedimento que deve ser exercitado para constituir o hábito de aplicar corretamente o critério moral, pode ser descrito resumidamente como se segue: i) recuar diante das representações, voltando-se para dentro e acessando as pré-noções, ii) identificar dentre estas quais são relevantes para cada contexto particular, e iii) então confrontá-las com a circunstância objetiva a fim de aplicar de modo adequado os valores morais que podem ser atribuídos.

¹⁷ Segundo observa Aldo Dinucci o termo faz referência aos acampamentos de inverno destinados aos exercícios dos soldados romanos com a finalidade de prepararem-se para as batalhas (DINUCCI 2019, p. 35).

Com o propósito de respaldar a interpretação proposta acima, examinou-se dois exemplos. O primeiro foi o do pai que havia se afastado da filha enferma para não testemunhar a sua dor, e o segundo foi o exame realizado para saber se o prazer presente pode ser identificado corretamente como um bem. Em ambos os casos o que se pôde identificar como critério, ou balança moral, foi o resultado da articulação de pré-noções.

Por fim, analisou-se o que parece ser o exemplo paradigmático de critério a ser aplicado nas avaliações morais: o discernimento entre o que se encontra e não se encontra sob nosso encargo. Ao considerar alguns trechos das *Diatribes* constatou-se que esse é um típico critério formado a partir de pré-noções, tais como a pré-noção que afirma que o bem deve ser algo confiável e sem entraves, ou a que afirma que o mal é algo a ser evitado. As articulações de pré-noções como essas levam a conclusões pouco intuitivas, mas essenciais para o aperfeiçoamento moral e a conquista da tranquilidade, como a conclusão de que a essência do bem é um tipo de disposição da escolha (*prohairesis*), ou a de que bem e o mal são categorias que só podem ser aplicadas às virtudes e aos vícios, enquanto tudo o mais é indiferente.

De acordo com a doutrina de Epicteto, a aplicação do critério moral tem um impacto direto nos desejos e nos impulsos, pois estes são determinados pelas opiniões morais, que, por sua vez, são assentimentos diante de representações de conteúdo moral. Nessa perspectiva, o filósofo conclui que: “Em suma: nem a morte, nem o exílio, nem o sofrimento, nem qualquer outra coisa nos é razão para fazer ou não fazer algo, mas <nossas> suposições (*hypolepsis*) e opiniões (*dogmatas*).” (*Diss.* 1.11.33). Segundo a citação, a morte, por exemplo, não possui nenhum poder intrínseco para coagir um indivíduo a executar uma determinada ação, mas o que de fato exerce esse poder é a opinião moral sobre a morte, quando afirma que a mesma seja um mal. Isso se aplica a todas as circunstâncias, pois “para o ser humano, a medida de toda ação é o que se afigura (*phainomenon*)¹⁸.” (*Diss.* I.18.10).

No horizonte desse pensamento, o convencimento genuíno sobre o valor moral de algo é o que basta para formar ou substituir os desejos, aversões e ações. O critério moral deve ser aplicado então para empreender essa reorientação com o propósito de conformar a vida individual aos ditames da natureza e, conseqüentemente,

¹⁸ Aldo Dinucci, em seu artigo *Phantasia, phainomenon e dogma em Epicteto* (2015), argumenta de modo a comprovar que para Epicteto os termos *dogma*, *hypolepsis* e *phainomenon* são sinônimos.

conquistar uma tranquilidade imperturbável. Epicteto destaca ainda que, embora os erros não possam ser sempre evitados, ainda existe a possibilidade de conservar uma tendência constante ao acerto em todas as circunstâncias (*Diss.* I.1.23). A conservação dessa tendência depende do desenvolvimento do hábito de sempre recorrer ao critério moral, antes de endossar o conteúdo das representações, seguindo o percurso exposto nesse estudo.

Posto isso, é possível concluir que o processo descrito acima representa o exercício filosófico por excelência. Para Epicteto, discussões relativas à lógica ou à física são secundárias, diante da urgência da tranquilidade posta pelas vidas imersas nos sofrimentos e nas angustias. Assim sendo, o filósofo de Nicópolis afirma que o debate epistemológico sobre se a percepção ocorre das partes para o todo, ou vice-versa é apropriado para aqueles que possuem tempo livre, mas “Aquele que treme, que se agita e que tem o coração em pedaços precisa de tempo para outra coisa.” (*Diss.* 1.27.21). Essa outra coisa consiste na conquista da competência na aplicação do critério moral para que os desejos e os impulsos estejam em conformidade com a natureza.

Tendo em vista que tanto o termo “natureza” quanto “razão universal” designam a Divindade, conformar-se à natureza equivale a afinar a vontade pessoal com a vontade de Deus. Com essa compreensão, Epicteto faz a seguinte afirmativa: “Considero que o que a divindade quer é melhor do que eu quero. Entregar-me-ei a ela como servidor e assistente, terei seus mesmos impulsos, seus mesmos desejos; em suma, quereirei o mesmo” (*Diss.* IV.7.20). A adoção da vontade divina como sendo a sua própria é o que promove a serenidade mesmo diante das adversidades. Conforme destaca Oldfather:

O homem que reconcilia sua vontade com a vontade de Deus, e assim reconhece que todo evento é necessário e razoável para o melhor interesse do todo, não sente descontentamento com qualquer coisa fora do controle de seu livre arbítrio. Ele encontra sua felicidade em preencher o papel que Deus lhe designou, tornando-se um colaborador voluntário de Deus, e, ao preencher esse papel, nenhum homem pode impedi-lo. (OLDFATHER, 1956, p. xxiii)

Como observado pelo comentador, a condição de liberdade e contentamento descrita acima, é uma prerrogativa daqueles que reconciliaram sua vontade com a de Deus. Em outras palavras, à conciliação com a razão universal corresponde ao pleno exercício da autonomia que é própria à racionalidade. Por fim, esse exercício consiste

na distinção entre o que está e o que não está sob nosso encargo bem como na orientação correta dos desejos e impulsos por meio da aplicação do critério moral constituído através das pré-noções.

Referências Bibliográficas

BOLZANI, R. **Acadêmicos versus Pirrônicos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2013.

BRAICOVICH, R. *La doctrina de las impresiones cognitivas en el Estoicismo Romano*, XVII Congreso Nacional de Filosofía, AFRA, Santa Fe 2015 / 1a ed. - Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral. Facultad de Humanidades y Ciencias. 2017.

BRENNAN, T. **A Vida Estoica, emoções, obrigações e destino**. Trad. Marcelo Consentino. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BRENNAN, T. *Reasonable impressions in Stoicism*. **Phronesis**, 41, p. 1996, p. 318-34.

DINUCCI, A. O conceito estoico de *phantasia*: de Zenão a Crisipo. **Revista Archai** nº21, p. 15-38, sep.-dec./ 2017.

DINUCCI, A. Epicteto: *Diatribes* 1.29 e 1.30 –uma síntese da filosofia epictetiana das *diatribes*. **PROMETEUS** - Ano 9 - Número 19 – Janeiro-Junho/2016.

DINUCCI, A. Cinco *Diatribes* de Epicteto sobre razão e loucura: *Diatribes* 1.12, 1.17, 1.21, 1.22, e 1.27. **Griot: Revista de Filosofia** v.14, n.2, dezembro/2016.

DINUCCI, A; DUARTE, V. Amizade e coragem em Epicteto: apresentação e tradução das *Diatribes* 1.11 e 1.23. **PROMETEUS** - Ano 10 - Número 22 – Março/2017.

EPICTETO. **As Diatribes de Epicteto, Livro I**. Trad. Aldo Dinucci. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

EPICTETO. **Disertaciones por Arriano**. Trad. Paloma Ortiz García. Madri: Editora Gredos, 1993.

EPICTETO. **Encheiridion de Epicteto**. Trad. Aldo Dinucci e Alfredo Julien. São Paulo: Annablume, 2014.

EPICTETO. **The Discourses of Epictetus as reported by Arrian (Books I, II,**

III & IV); Fragments; Encheiridion. Trad. W. A. Oldfather. Cambridge: Loeb, 2000.

HADOT, P. **A Filosofia como maneira de viver.** Trad. Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: É Realizações, 2016.

HADOT, P. **O que é a Filosofia Antiga.** Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

INWOOD, B.; GERSON, L. **Hellenistic Philosophy.** Cambridge: Hackett Publishing Company 1997.

LONG, A. **Epictetus: A Stoic and Socratic Guide to Life.** Oxford: Oxford University Press, 2002.

LONG, A. **Stoic Studies.** Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LONG, A.; SEDLEY, D. **The Hellenistic philosophers.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SIMPLICIO. **On Epictetus handbook.** Trad. Tad Brennan e Charles Brittain. London: Bloomsbury, 2014.

STRIKER, G. **Essays on Hellenistic Epistemology and Ethics,** Cambridge University Press 1996.

STOJANOVIC, P. "Epictetus and Moral Apprehensive Impressions in Stoicism". IN: **Epictetus: his continuing influence and contemporary relevance.** ed. Dane R. Gordon and David B. Suits: RIT Press 2014, p. 165-197.